



Handwritten signature in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Mandato 2025/2029

ATA NÚMERO CINCO

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Pexoto, 1.ª Secretária e Armindo António Olmo, 2.º Secretário.

Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

Ana Isabel Lourenço Dobrões; Bruno Monteiro; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Fernando Francisco Barros; Fábio Azevedo; Joni Micael Bento Lado; Olívia Diogo Martins; Paulo André Branco Morgado; Sónia Maria Alvas Rosa; Vítor Fábio Borges Gomes

Faltou a esta reunião a Deputada Alexandrina de Jesus Areias, tendo sido legalmente substituída pelo Deputado Filipe Linhares.

Faltou a esta reunião o Deputado António Alfredo Teixeira Neves, tendo sido legalmente substituído pelo Deputado Eurico Trigo.

Faltou a esta reunião a Deputada Gracinda Pexoto, tendo sido legalmente substituída pelo Deputado Duarte Bráz.

Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: —



B

——— Anabela Bragança dos Santos; António Alexandre Adão dos Santos; António Manuel Carrilho Aguiar; Carlos José Almeida Seixas; Domingos José Martins Borges; Frederico Macedo Teixeira; Justino Santos —————

——— Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba da Vilarça, Fernando Brás, tendo sido legalmente substituído pelo Adjunto Nuno Bento. —

——— Faltou a esta reunião o Presidente da União de Freguesias de Vilar Boas e Vilarinho das Azenhas, Francisco Germano Rodrigues, tendo sido legalmente substituído pela Adjunta Cármen Evaristo. —————

——— Faltou a esta reunião a Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Mónica Fernandes tendo sido legalmente substituída pela Adjunta Jéssica Pereira. ———

——— Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de selxo de Manhoses, Roberto Teixeira, tendo sido legalmente substituída pela Adjunto Néilson Vilar. ———

——— Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Vale Frechoso, José António Ferreira. —————

——— Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Sampaio, Vítor Cassiano Queijo Pereira.

——— O Órgão Executivo esteve representado por:

——— Pedro Miguel Saraiva Lima Cordelro de Melo, Presidente da CMVF. —————

——— Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ———

——— Catarina Isabel dos Santos Almeida, Vereadora em Regime de não Permanência da CMVF. —————

——— Abílio Batista Maia Evaristo, Vereador do Partido Socialista. —————

——— Faltou a esta reunião o Senhor Vereador da CMVF (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), Dr. Michel Lima Monteiro. —————

Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. —————



B

[Handwritten signature]

——— O Presidente da AM agradeceu a presença de todos, cumprimentando também quem acompanhava em direto a transmissão da AM. Seguidamente perguntou ao Senhor Presidente da CMVF se houve qualquer pedido de suspensão de Mandato de algum Vereador, nomeadamente do Senhor Vereador Abílio Evaristo, ao que o Senhor Presidente da CMVF respondeu que não. O Presidente da AM referiu que recebeu um email do Senhor Vereador a pedir a sua substituição na AM, respondendo-lhe que os Vereadores foram Eleitos para o Órgão “Câmara Municipal” e que era a esse Órgão que deveria pedir a suspensão do Mandato pelo período mínimo de 30 dias se fosse essa a sua vontade, e que durante esses 30 dias, havendo reuniões de Câmara, reuniões de AM ou Representações, seria o seu substituto a representá-lo; que a AM não tinha competências para substituir Vereadores, convidando o Município Emílio Almendra a ficar sentado onde quisesse, mas sem cariz de substituição.

——— O Presidente da AM, dando cumprimento ao primeiro ponto da Agenda de Trabalhos, informou que foram recebidos os Jornais Distritais do costume e as revistas Territoriais que seriam colocados na Sala da AM, onde poderão ser consultados. Colocou de seguida a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ———

PONTO DOIS: Período antes da Ordem do Dia. ———

——— O Presidente da AM abriu as inscrições, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barros. ———

——— O Deputado da AM Fernando Barros (PS), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que pretendia fazer uma declaração importante e oportuna: *“Pretendo debitar uma breve nota que por convicção pessoal me atrevo a classificar de ter impacto para ajudar à promoção das condições para o desenvolvimento da Agricultura e consequentemente da Economia do nosso Concelho; estou a referir-me à Construção da Barragem das Olgas. Este aproveitamento Hidroagrícola fica desta forma dotado de excelentes Infraestruturas de armazenamento e da rede de rega para cerca de 600 hectares de terrenos que circundam fundamentalmente Freixedel e o Vieiro. Congratulo-me por, finalmente, ter sido possível, passados mais de dez anos, proceder à assinatura do auto de consignação da construção da Barragem no pretérito dia 21 de abril de 2026 com o Empreiteiro que venceu o concurso público. Faço votos para que este sonho com mais de 50 anos se concretize*



Handwritten signature and initials in blue ink.

dentro do prazo previsto e seja utilizado pelos Agricultores na promoção de uma agricultura mais rentável e sustentável sem estarem dependentes da ocorrência ocasional da provisoriedade que é sempre imprevisível. Deixo uma referência e um agradecimento pessoal, sem citar nomes, a todos os que ao longo destes anos ajudaram e contribuíram com o seu empenho, o seu trabalho, a sua dedicação, o conhecimento, bem como os que tiveram capacidade na altura e agora poder de decidir a tornar esta obra uma realidade. O meu bem-haja a todos; Vila Flor ficará certamente reconhecida a todas eles pela capacidade e união demonstrada ao longo deste tempo todo à volta desta Infraestrutura de grande importância". Acrescentou, a propósito de barragens, que o reforço de armazenamento de água ao Vale da Vilarça era muito importante e que também foi aberto um concurso para a elaboração de um Projeto do Alçamento da Barragem da Burga. Acrescentou que essa candidatura tinha duas componentes, uma que era o Alçamento da Barragem da Burga e a construção da Barragem do Cerejal; que essa Candidatura foi apresentada no período de 9 de maio de 2017 a novembro de 2019 ao Programa Nacional de Regadios, em que o primeiro Promotor era a Câmara Municipal de Vila Flor, tendo como Parceiros a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, porque esses aproveitamentos são transversais aos dois Concelhos e à DGADR, uma obra já financiada em cerca de nove milhões de euros. Seguidamente solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que lhe explicasse a razão da Barragem do Cerejal ainda não ter avançado com a elaboração do seu Projeto que considerava importante; que a barragem da Burga neste momento tem uma capacidade de armazenamento de cerca de um milhão e trezentos mil metros cúbicos para regar cerca de quinhentos hectares, que a Barragem da Burga "val ao fundo" e todos os Agricultores têm lá culturas e são todas permanentes, como olivais e pomares. Salientou que era urgente que as duas componentes avançassem, porque se o Alçamento da Burga tem um acréscimo de cerca de trezentos e quarenta mil metros cúbicos, a Barragem do Cerejal tem outro tanto e era importante não se perder esta oportunidade, dizendo ao Sr. Presidente da Câmara que deviam estar todos do mesmo lado, perguntando por que razão a Barragem do Cerejal tinha ficado um pouco para trás. Acrescentou que, possivelmente, a Barragem do Cerejal, porque fica em Alfândega da Fé, depende um pouco da Câmara de Alfândega, não sabendo se era assim porque os Promotores são os mesmos, a Câmara Municipal de Vila Flor e dois Parceiros: a Câmara Municipal de Alfândega e a DGADR.



Disse, ainda, que esse assunto tinha de ser esclarecido, porque a própria Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sendo ela Promotora do alargamento da rede de rega de Santa Justa que também apanhava o Concelho de Vila Flor nas Freguesias de Santa Comba e de Assares, mas que não lhe parecia bem que houvesse ali um impasse, era preciso que todos dessem as mãos, assim como as Autarquias, independentemente da política, pois tratava-se de um investimento na agricultura, deixando ao senhor Presidente da CMVF esse pedido de esforço, de pressão junto da Câmara de Alfândega da Fé, junto da DGADR e da própria APA, porque a Declaração relativa à aplicação da Diretiva - Quadro da Água não podia nunca ser impeditiva de ser feita essa Obra e esse Projeto. Recordou, também, que em Carrazeda de Ansiães, num processo muito mais atrasado que o nosso, neste momento já têm o Projeto feito, assim como o estudo do impacto ambiental, desconhecendo a causa de nós estarmos a perder tanto tempo. Finalizou a sua intervenção salientando que a sua postura será sempre no sentido positivo, colaborador, que contassem com o seu apoio total para que isso seja resolvido.

— A Deputada da AM Ana Dobrões (PS), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que foi assinado recentemente, um Protocolo com o Instituto da Segurança Social de cedência de utilização do espaço, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se o mesmo precisava de obras e para quando; que foi também prevista a mudança de instalações do Tribunal Judicial de Vila Flor para a antiga Escola Primária e se essa alteração ainda estava em cima da mesa; que gostaria de saber o ponto de situação do Protocolo assinado entre o Município e o Agrupamento 1055 dos nossos Escuteiros, uma força viva do Concelho e fortemente ativos na Comunidade, que todos tínhamos orgulho neles e a prova disso era o apoio inequívoco que a Câmara lhes dava sempre que solicitado. Recordou que pela altura da celebração dos 30 anos dos Escuteiros, em novembro de 2024, foi assinado um Protocolo para a cedência de um espaço onde viria a ser criado um Campo de Atividades Escutistas; que a confiança nas instituições intervenientes era inquestionável e por isso foram criadas expectativas legítimas junto da Comunidade Escutista e não só, perguntando como se encontrava essa situação. Disse, ainda, que também era do conhecimento de todos que o Município assinou determinado Protocolo com o Santuário de Nossa Senhora da Assunção relativo à atribuição de vinte mil euros, mas



que não houve a concretização desse Protocolo, que caso existissem impedimentos relativos à concretização dessa e eventualmente de outros Protocolos, a Câmara devia comunicá-los de forma clara e procurar soluções junto dos Parceiros envolvidos. Referiu-se, ainda, a um espaço comum de utilização pública, junto à rotunda do Barracão, uma paragem de autocarros que é utilizada diariamente por dezenas de pessoas; que essa paragem, devido à sua condição e exposição, precisava de manutenção periódica e isso não acontecia, pois no estado em que se encontrava não devia ser agradável a sua utilização, pois o chão estava sujo, tinha mau cheiro e nos bancos ninguém se conseguia sentar. Terminou a sua intervenção solicitando ao Senhor Presidente da CMVF que lhes desse resposta relativamente à missão Solidária para ajudar as regiões afetadas pelas tempestades, nomeadamente de Leiria; que *"Mãos que ajudam"* foi o slogan que o Município divulgou para desencadear essa nobre missão Solidária, que foi criada uma bolsa de voluntários, foram unidos esforços entre Instituições, Associações e a Comunidade para a recolha de bens alimentares e não só, perguntando se esses bens foram entregues e de que forma é que o Município de Vila Flor executou a ajuda a que se propôs.

— O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, começou por reconhecer aquilo que de positivo também se faz no nosso Concelho, endereçando uma palavra de apreço ao Município pela realização do Tua Walking Festival em Freixial, um Evento que soube valorizar a forma equilibrada da natureza, a cultura e as tradições locais, projetando o território, envolvendo a comunidade e que iniciativas dessa natureza mostravam que era possível promover o Concelho com identidade e qualidade, deixando os parabéns. Igualmente destacou e deu os parabéns aos jovens do concelho pela forma como têm participado nas Assembleias Municipais Jovens, tendo demonstrado sentido crítico, capacidade de intervenção e atenção às políticas locais, mostrando que existe uma geração preparada para assumir responsabilidades no futuro, o que deve ser motivo não só de confiança, mas também de responsabilidade acrescida para todos nós. Seguidamente solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe respondesse a questões colocadas anteriormente que continuavam sem resposta ou sem resolução completa. Referiu que a primeira, colocada no dia 22 de dezembro de 2025, relacionava-se com o



estado do pavimento junto ao Infantário das Amendoeiras, uma obra recente, mas já visivelmente degradada, sendo-lhe garantido que o Empreiteiro tinha sido alertado e que a reparação ocorreria até final de fevereiro, mas que nada foi resolvido, questionando se foi ou não acionada a garantia da empreitada e quando será efetivamente corrigida esta situação. Disse aproveitar o momento para reforçar uma preocupação geral da comunidade de Vila Flor, que era o estado das estradas, que a degradação do pavimento era evidente, com buracos e irregularidades que afetam diariamente quem aqui vive e circula; que era urgente saber se existia um plano concreto de intervenção ou se continuaríamos a assistir à degradação progressiva do espaço público. Disse, também, que no dia 24 de fevereiro de 2025, colocou questões relativas às equipas técnicas da Ação Social do Município: CLDS 5G e da Unidade de Envelhecimento Ativo, bem como os transportes diários assegurados a alguns funcionários de determinadas freguesias, situações que continuavam a verificar-se; que lhe foi dito que se tratava de matérias relacionadas com recursos humanos, que a resposta seria enviada via email, mas que dois meses depois essa resposta continuava sem chegar. Perante esse incumprimento, disse ao Senhor Presidente da AM que aquele Órgão não podia ser apenas um espaço de registo, mas um espaço de exigência, cabendo-lhe assegurar que os pedidos de esclarecimento fossem respeitados e que os Eleitos tenham acesso à informação necessária para exercer o seu Mandato com responsabilidade. Questionou, ainda, o Senhor Presidente da CMVF sobre as estruturas metálicas instaladas em vários pontos da Vila, nomeadamente em Jardins públicos, querendo saber a quem pertencem estas estruturas, se estão devidamente licenciadas, e pagas as respetivas taxas. Acrescentou que numa altura em que tanto se fala de imagem e valorização da Vila, importava garantir coerência entre o discurso e a realidade que todos vêm, salientando que, o que pediam, não era mais do que aquilo que devia ser regra na gestão pública: clareza nas respostas, cumprimento dos compromissos e respeito pelos cidadãos porque, sem rigor, sem transparência e sem verdade, não havia confiança e sem confiança não havia governação. —————

— O Deputado da AM Joni Lado (PS), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que enquanto Deputado Municipal queria perceber quem era o responsável pela Convocatória para as AM, que todos os assuntos



all tratados deviam e podiam ser all discutidos, e se o Professor Abílio, Vereador em exercício, solicitou por email o pedido de substituição, quem era o responsável para enviar uma nova convocatória para o elemento seguinte da lista e por que razão, depois, tendo em conta isso, o Senhor Presidente deliberou e disse, independentemente de existirem pareceres em sentido contrário, “eu decido, é assim e está decidido”, querendo perceber se era exatamente assim que funcionava. Referiu, também, que a Polícia Judiciária esteve em Vila Flor três vezes nos últimos dois anos; a primeira relativa à questão da “gota de água”, que essa foi pública; a segunda em agosto de 2025 por procedimentos concursais e a terceira dia 09 de abril ligada à Contratação Pública. Solicitou que fosse elucidado sobre o que é que foi a última visita e que a população também tinha todo o interesse em saber. _____

_____ O Presidente da AM, respondeu ao Senhor Deputado Joni Ledo que dia 21 de abril recebeu um email do Senhor Vereador Abílio Evaristo, que leu na íntegra: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da AM de Vila Flor. Abílio Evaristo, Vereador eleito pelo PS, tendo recebido a vossa convocatória, venho nos termos legais e regimentais aplicáveis, comunicar que não poderei estar presente na próxima reunião da AM de Vila Flor, agendada para o próximo 27 de abril pelas 14h 30 m, por motivos profissionais. Assim, e para os devidos efeitos, solicito a vossa Excelência a minha substituição na referida reunião e seja convocado para me substituir o Membro seguinte na respetiva lista, Emílio José Melreles Almendra, com o telefone e o email. O Membro anteriormente indicado encontra-se disponível para assegurar a substituição na referida Reunião, referindo que esta indicação apenas se pretende facilitar os procedimentos Administrativos. Com os melhores cumprimentos, Abílio Evaristo”.

Respondeu-lhe por email, da seguinte forma: “Exmo. Sr. Vereador Abílio Evaristo

Assunto: Pedido de substituição em reunião da Assembleia Municipal

Veio o Sr. Vereador Abílio Evaristo, vereador da Câmara Municipal, eleito pelo Partido Socialista, na sequência de convocatória para a reunião da Assembleia Municipal de Vila Flor, agendada para o dia 27 de abril de 2026, comunicar a sua impossibilidade de



8
[Signature]

presença por motivos profissionais, requerendo, para o efeito, a respetiva substituição ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual.

Cumpra, nesta sequência, apreciar e decidir.

Nos termos do regime jurídico aplicável, a Assembleia Municipal é composta por membros eleitos diretamente, bem como por membros que integram o órgão por inerência de funções, designadamente os vereadores, nos termos legalmente previstos.

O requerente integra a Assembleia Municipal não por eleição direta para este órgão, mas por inerência do exercício do cargo de vereador da Câmara Municipal, não dispondo, por conseguinte, de um mandato autónomo enquanto membro da Assembleia Municipal.

Ora, o regime de substituição previsto no artigo 78.º da já referida Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, destina-se aos membros dos órgãos autárquicos titulares de mandato próprio, permitindo a sua substituição temporária em caso de ausência até 30 dias, mediante comunicação ao presidente do respetivo órgão.

Todavia, tal regime não se mostra aplicável aos membros que participam na Assembleia Municipal por inerência de outro cargo, como é o caso dos vereadores, cuja presença naquele órgão depende diretamente do exercício de funções no Órgão Executivo.

Com efeito, a eventual substituição de um vereador deverá ocorrer, nos termos legais, no âmbito do Órgão Executivo a que pertence, a Câmara Municipal, e apenas nas situações legalmente tipificadas, não estando prevista a substituição por faltas ocasionais.

Assim, não sendo o requerente titular de mandato autónomo na Assembleia Municipal, nem se encontrando legalmente prevista a sua substituição neste órgão por motivo de ausência pontual, não se verificam os pressupostos para a aplicação do disposto no artigo 78.º do referido diploma.

Nestes termos, indefiro o pedido de substituição apresentado pelo Sr. Vereador Abílio Evaristo, devendo a sua ausência ser considerada nos termos regimentais aplicáveis.”.



[Handwritten signature in blue ink]

Acrescentou que se houve falha nos serviços, a assumia como sendo sua, mas o que tinha a dizer era que, efetivamente, cumpriu aquilo que lhe foi dito no pedido de parecer, que viu a sua legalidade e respondeu em tempo oportuno, que a resposta foi dada no dia 23 de abril, pois assim que a recebeu, remeteu-a para os Serviços Jurídicos para responderem, o que aconteceu de imediato. Acrescentou que posteriormente a receber esse email, que nem resposta teve do vereador e que este erradamente deu indicação aos Serviços e os Serviços o convocaram. Disse ainda que assumia a culpa, mas que ficava bem com a sua consciência, ficando esclarecido qual foi o seu comportamento enquanto Presidente da Mesa. Referiu, ainda, que *"Isto aqui não é uma Ditadura, como o Senhor Deputado tentou dizer, aqui há regras e cabe-me cumpri-las de forma isenta"*. Aproveitou o momento para dizer ao Deputado Bruno Monteiro, que também se dirigiu à Mesa sobre o dever da garantia do acesso à informação, que a resposta à questão colocada na Reunião da AM de fevereiro, era um procedimento que não passava pela Mesa, e se um Deputado quiser requerer alguma informação escrita tem de ser através da Mesa e esta tem de fazê-la chegar à Câmara e aí sim, se lhe fizer um pedido, terá de responder por ele, e no futuro se assim quiser e entender, era esse o procedimento.

— O Deputado da AM Duarte Brás (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que ainda relava o sol do mês de Abril, que ainda se ouviam os ecos das flores que pintalgaram de Cravos as espingardas em riste, os Cravos vermelhos; que havia quem os preferisse verdes, mas que gostos e cores não se discutiam, destacando a elevação do grupo de trabalho aquando dos festejos em Vila Flor do 25 de Abril. Saliu o trabalho da comunidade para a comunidade, um trabalho que, embora árduo, teve o condão de parecer em tudo alegre e liberto de amarras, dando os parabéns ao Executivo com a certeza de que esses festejos irão ser cada vez mais abrangentes; que tinha a certeza de que os *"nevoeiros de outros tempos"* estavam, finalmente, dissipados e se ficassem atentos, até se avistava um *"Dom Sebastião regressado à Matéria"*. Sublinhou que, em tempos, não se acreditava na utilidade do órgão de soberania - Assembleia Municipal, mas que acabaram por se render à evidência da sua imprescindível existência, um órgão deliberativo e fiscalizador. *"Hoje respiramos Abril e até festejamos os regressados! Viva a Liberdade, fora o medo e a repressão"*. Seguidamente leu o poema de Eugénio de Andrade intitulado: *"Urgentemente"*. A partir da letra do poema, fez uma análise ao



[Handwritten signature]

envelhecimento humano, salientando que *“os nossos idosos são cada vez mais numerosos e a solidão amplificada pela ausência do vizinho que, entretanto, partiu para a sua eterna viagem e deixa a cru a dureza da falta dos filhos, que levaram os netos em busca de vidas melhores”*. Salientou a existência dos “Projetos Aproximar, da Unidade de Envelhecimento Ativo e do Radar Social”, capacitados com técnicos especializados, que têm como objetivo apoiar a população sénior do concelho em várias vertentes, evitando o seu isolamento e promovendo o seu bem-estar físico e psicológico. Acrescentou que foi com agrado e emoção que viu a interação dos nossos Séniores com as nossas crianças em certames como as Amendoelras em Flor e outros. Evidenciou, também, a realização do “1º Fórum de Envelhecimento Ativo”. Finalizou a sua intervenção referindo que era evidente a preocupação do Município relativamente aos nossos Séniores, pois *“eles são o nosso testemunho, a base da nossa estrutura intelectual, mental e afetiva. Eles são os necessários membros ativos de uma sociedade viva”*.

— O Deputado da AM Vítor Gomes (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu-se à Barragem Redonda das Olgas, um Projeto estruturante para a região que estava prestes a iniciar-se, agradecendo a todos os intervenientes pela sua concretização. Salientou que era hora de olhar em frente, pois a quantidade de água que a Barragem irá disponibilizar aliada às características climáticas da região, farão que cerca de 600 hectares de terra arável sejam futuramente um importante polo de desenvolvimento da região e no concelho. Acrescentou que, para que seja retirado o máximo partido dessa conjuntura, será necessário que a maior parte da área do perímetro seja explorado com as culturas existentes ou com instalação de novas culturas e mais rentáveis, sugerindo que seja pensada e trabalhada uma espécie de Bolsa de terras onde seja possível para quem tenha parcelas dentro do perímetro de rega e não queira ou não as possa explorar por algum motivo, que as possa arrendar de uma forma apoiada e regulamentada a quem realmente as quer explorar e não tem essa possibilidade, com especial destaque aos jovens agricultores. Sugeriu, ainda, a criação de uma plataforma ou de um balcão onde seja possível juntar esse tipo de informação, tomando a procura de quem quer arrendar e explorar muito mais eficiente e mais rápida, sabendo à partida a localização



8

[Handwritten signature]

e as áreas disponíveis que, a seu ver, o Bupl e o Gabinete de Agricultura teriam um papel fundamental em todo o processo.

— O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu-se aos festejos dos 52 anos do 25 de Abril, felicitando o Executivo e todos os envolvidos pela organização de um Evento celebrado com enorme dignidade e qualidade no nosso Concelho; que as comemorações tiveram início no dia 24, no Centro Cultural e que continuaram no dia 25, mostrando um Concelho unido, com a presença solene de várias Instituições e Associações, a inclusão de momentos artísticos de grande nível, maioritariamente com “a prata da casa” e artistas locais, trazendo uma sensibilidade extra a essas celebrações que contaram, também, com discursos de valorização democrática, a presença de estátuas vivas, a simbólica largada de balões, sem esquecer a presença da nossa AMI com dois deputados que estiveram muito bem. Acrescentou que a Democracia era um caminho de constante aperfeiçoamento, e celebrar a liberdade era também garantir que aqueles que mais a valorizam por terem conhecido a sua ausência, possam estar presentes. Informou que tivemos um alcance muito grande no direto e na partilha do 25 de abril nas redes sociais, que até ao momento o direto contava com cerca de catorze mil visualizações e com cerca de sete mil interações, desde “gostos a comentários”, a maior parte vindo dos jovens, aqueles que têm mais facilidade em acompanhar o evento pelos canais digitais, sem esquecer que temos no concelho muitos idosos que nasceram e viveram tempos de privação de liberdade antes de 1974, que são memória viva da nossa história, mas que muitos desses Municípes residentes nas nossas aldeias não têm possibilidade de se deslocar a Vila Flor por meios próprios para assistir às respetivas cerimónias. Seguidamente deixou uma sugestão para as comemorações dos 53 anos do 25 de Abril do próximo ano: que o Município, em articulação logística com as Juntas de Freguesia, estude a possibilidade de proporcionar transporte e acompanhamento aos idosos que queiram estar presentes e celebrarem Abril, permitindo que quem viveu na Ditadura possa celebrar a Liberdade, que seria um gesto de enorme justiça social garantir que a liberdade chega a todos os Vilaflourenses, independentemente da idade ou da distância, pois era a melhor forma de honrarmos Abril.



— O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, agradeceu a todos os responsáveis pelas comemorações do 25 de abril, em Vila Flor, afirmando que o cravo de Abril tinha de ser regado todos os dias, independentemente da sua cor, que o nosso cravo era um exemplo disso, bem cuidado e acarinhado, e assim devia continuar, pois o nosso cravo era um cravo de Alma e Cor, de todas as cores. Terminou o tema dizendo: *“Viva o 25 de abril, viva a Liberdade, viva Vila Flor”*.

Seguidamente dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, começando por fazer referência à sua intervenção na AM havia pouco tempo, onde teve a oportunidade de destacar e elogiar o empenho e dedicação de um grande número de Portugueses na causa nobre que foi e continua a ser uma ajuda a todos aqueles que viveram e vivem ainda momentos difíceis e dramáticos. Acrescentou que ficou indignado com aquilo que todos puderam ver e ouvir há poucos dias nos Órgãos de Comunicação Social, não querendo acreditar que *“houve Municípios que não souberam ou não quiseram zelar e distribuir os bens que foram doados desinteressadamente e generosamente por gente de bem. De um lado o humanismo, nós, do outro o saque, sim, nas imagens vimos alguns a saquear aquilo que devia ter chegado a quem mais necessitava e ainda necessita. Há Autarcas responsáveis pela sua guarda e distribuição, a não darem a cara ou tentarem arranjar desculpas esfarrapadas quando os Órgãos de Comunicação os abordaram. Foi lamentável, cenas indignas de quem exerce um cargo que devia ser nobre, o de Presidente de uma Autarquia”,* classificando esta atuação de *“bandalheira total”*. Reafirmou que aquilo que vimos aconteceu e estava a acontecer no nosso país, recordando que já tinha sido assim em Pedrógão e por isso não tinham desculpa. O que foi grave é que Pedrógão aconteceu num passado pouco remoto e agora repete-se em Leiria e Marinha Grande no presente, sendo igualmente Autarquias do Partido Socialista e que segundo alguns são os arautos da Democracia; *“não têm desculpa, pregam o Socialismo, diga-se cada vez mais ultrapassado, e o Humanismo, e depois é aquilo que se vê. O que constatamos e que está a acontecer nestas Autarquias, já o vimos nos Governos que levaram o País à bancarrota mais do que uma vez. Senhor Presidente, o senhor à frente da nossa Autarquia mostrou como se governa, principalmente quando houve necessidade de prestar ajuda aos nossos Cidadãos; recordo aqui a época de Incêndios que assolaram o nosso território, nos momentos difíceis manteve-se sempre*



8
9

firme ao leme dos destinos do nosso Concelho, dando o exemplo de dignidade, humanismo e democracia. Que fique aqui registado o meu, o nosso grito de revolta, repúdio e indignação por tais atos irresponsáveis". _____

— O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu-se a três propostas que a sua Bancada ia colocar à Mesa para votação, no seguimento do orgulho que tinham na AMJ e no que têm de fazer em prol deles e a pensar neles; que os projetos que elaboraram tinham a ver com a dinamização de alguns espaços públicos existentes em Vila Flor. Apresentou, de seguida, um PowerPoint com toda a informação relativa à questão. Conclui a sua apresentação dizendo que isso era um primeiro passo e que todas as sugestões e opiniões eram bem-vindas, seja de que bancada for. Seguidamente apresentou essas propostas à Mesa. _____

— A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que as AM consagradas na Constituição da República Portuguesa, têm vindo a evoluir ao longo das décadas, assumindo um papel cada vez mais exigente; com a Lei 75/2013 esse papel foi clarificado e reforçado sobretudo ao nível da fiscalização e da responsabilidade política, mas importava dizê-lo com franqueza, essa evolução legal não foi plenamente acompanhada pela prática; que a qualidade dos Deputados Municipais existe, mas é desigual, e em muitos casos o funcionamento das Assembleias continua excessivamente condicionado por lógicas partidárias ou interesses individuais que limitam a sua verdadeira função deliberativa e fiscalizadora; que no caso da AM da Vila Flor, no mandato iniciado em 2020/2021 sob a Presidência do Doutor Pedro Santos, havia sinais de claro progresso com maior transparência, maior abertura institucional e uma visão de procurar ir além do espaço local, visão essa que se expressa também no plano cultural e institucional, com iniciativas que valorizam o território e o seu património humano. Sublinhou que a publicação de obras literárias e a realização de momentos de homenagem, como uma dedicada ao Doutor Miller Guerra que trouxe a Vila Flor figuras de relevo nacional nas áreas da política, médica e institucional, projetaram a Assembleia para lá das funções tradicionais e afirmam-na como um agente ativo na valorização do Concelho; que a aposta em iniciativas como a AMJ, bem como a promoção de visitas a instituições Europeias em Bruxelas e à Assembleia da República,



revelaram uma preocupação em alargar horizontes aos Deputados Municipais, mérito esse que devia ser reconhecido, assim como devia ser reconhecido o papel do Presidente da AM na valorização do debate, a tentativa de qualificar o exercício dessas funções, mas que ali também não podíamos ignorar o essencial, que estávamos, ainda, numa fase de transição, pois nem todos veem a AM com o mesmo sentido de responsabilidade institucional, nem todos assumem o Mandato com a mesma exigência, e era precisamente por isso que importava avançar com medidas concretas e estruturais. Acrescentou que defendia, por isso, três linhas de ação claras: o reforço da periodicidade das sessões das AM garantindo um maior acompanhamento político do Executivo, a institucionalização de programas e formação contínua para Deputados Municipais desde o início de cada Mandato, e a criação de mecanismos mais consistentes de apoio às Assembleias que permitam um exercício mais rigoroso e formado da função fiscalizadora. Finalizou a sua intervenção referindo que sem estas condições, o reforço legal continuará incompleto, na prática, mais exigência, mais qualificação, mais sentido de missão, mas também mais estrutura para o concretizar, porque a AM não pode ser apenas um espaço de representação, tem de ser de forma efetiva um espaço de responsabilidade democrática. _____

_____ O Presidente da AM, informou que a Mesa recebeu três propostas do Deputado Paulo Morgado. A proposta “um” referia-se à construção de 4 Infraestruturas desportivas localizadas em diferentes zonas de Vila Flor já pertencentes ao Município; (Anexo 1); a proposta “dois” relacionada com a construção de 2 campos de Padel, no loteamento da Quinta dos Lagares, também em terreno já propriedade do Município. (Anexo 2); a proposta “três” relacionada com o Cartão do Município, físico e virtual, pessoal e intransmissível, que servia para identificar o Município nos serviços e Infraestruturas Municipais; um cartão recarregável com dinheiro que serviria, também, para fazer pagamentos nos serviços e Infraestruturas do Município, (Anexo 3). Seguidamente perguntou se algum Deputado queria fazer alguma intervenção sobre as propostas apresentadas, dando de seguida a palavra ao Deputado Joni Ledo. _____

_____ O Deputado da AM Joni Ledo (PS), referiu que quanto às propostas apresentadas, podiam ter sido envidas para eles darem os seus contributos, mas que ali também era o lugar ideal, podendo fazê-lo igualmente. Acrescentou que lhe pareciam boas propostas,



que as Iriam acompanhar e já que propunham o cartão digital, porque não os Múncipes passarem a ter entrada gratuita nas Piscinas Municipais? Sallentou que Já tinha feito essa proposta havia algum tempo e poderia ser uma ideia de facilitar o acesso a essas Infraestruturas. Seguidamente perguntou se os locais onde Iriam ser instalados esses equipamentos eram ou não do Município ou se era suposto adquiri-los; que essa questão era também dirigida ao Sr. Presidente da CMVF porque a CM é que tem de as executar, mas as propostas pareciam-lhe boas. _____

— O Deputado da AM Bruno Monteirol (PS), no que dizia respeito aos Idosos, perguntou se vai estar ligado a alguma plataforma, tal como o INEM ou os BOMBEIROS, sugerindo que pudesse também estar do outro lado um psicólogo ou alguém para acompanhar esses alertas por parte do município. Deu os parabéns pelo projeto.

— O Presidente da AM colocou a proposta um – Polidesportivo a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade; proposta dois - Paddle aprovada por unanimidade; proposta três - Cartão do município- aprovada também por unanimidade. Acrescentou que essas três propostas aprovadas por unanimidade serviam, então, de recomendação ao Órgão Executivo e ao Senhor Presidente da CMVF. _____

— O Senhor Presidente da CMVF depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, respondeu ao Deputado Fernando Barros que o Executivo Municipal se associava às suas palavras, que foram muitas as pessoas, as Individualidades que desde o início se associaram ao Projeto de desenvolvimento agrícola do aproveitamento hidroagrícola da Barragem Radonda das Olgas; que teve a oportunidade de o sublinhar nos Órgãos da Comunicação Social porque achava que o deviam fazer em conjunto, que foi demasiado tempo para desenvolver um Projeto desses, que tudo parecia fazer parar esse Projeto, como uma reclamação que tem efeito suspensivo e que um concurso deserto demorava tempos infinitos a voltar a erguer-se. Sublinhou que tiveram três concursos Internacionais para conseguir uma adjudicação, mas que se tinha conseguido dentro do prazo, pois a obra iniciar-se-ia na semana seguinte, o que era extraordinário e isso devia-se, em primeiro lugar, a quem teve a ideia e a coragem de iniciar todo esse processo, por isso pediu-lhe que aceitasse ali um agradecimento público. Sobre o Alçamento da Burga e da Barragem dos Cerejais, informou que já colocaram a concurso a realização do projeto de execução, que ali a



[Handwritten signature]

modalidade era um pouco diferente, que não se tratava de um financiamento dentro do PEPAC, que tinha outro tipo de desafios, e que ali, tal como ele tinha dito, havia o problema de toda a gente ter de ser consultada, toda a gente ter de opinar e toda a gente ter a capacidade de parar algumas vertentes, pois ali havia duas vertentes: o Alteamento e a Barragem, e uma delas estava em dúvida pela APA. Acrescentou que esperava, também, que ali conseguissem reunir esforços para fazer ver *"que aquilo que disse, sem se tornar repetitivo, tem que o fazer, realmente é uma questão de justiça, são muitos hectares de precários porque é assim que se chamam, que regam já há muitos anos, que têm culturas permanentes, que fazem parte do tecido de desenvolvimento, principalmente da Vilarça que é uma pérola de trabalho e de produtos, e realmente estarem aqui pendentes cerca de 200 hectares de precários que estão aqui em causa ou mais, e portanto são demasiado, temos que conseguir dobrar também esta esquina como dobramos a outra, penso que, em suma, Vila Flor está de parabéns e todos aqueles que nos ajudaram neste processo"*. À Deputada Ana Dobrões, disse que, realmente, conseguiram as chaves da antiga casa do Povo, que isso era um marco significativo para Vila Flor, que aquela casa foi construída pelos Vilaflourenses com os seus contributos e não construído pelo Estado, que para o Executivo Municipal foi o culminar de mais uma batalha que conseguiram ganhar, e que tinha gostado do seu comentário, *"precisa de obras, para quando"*? Acrescentou que tinham acabado de obter as chaves da casa, que evidentemente havia coisas que se tornavam óbvias à vista, nomeadamente a climatização dos espaços, acessibilidades e instalações sanitárias, mas que como devia imaginar, ainda não tinham um projeto, pois só na semana anterior tinham assinado o protocolo para os próximos cinco anos. Relativamente aos Escuteiros, disse que, sem dúvida, são uma força viva, convidando toda a comunidade de Vila Flor a juntar-se a eles, como foi por ocasião das Amendoelras em Flor, dando como exemplo a iniciativa que fizeram no último fim-de-semana, da feijoada, conseguindo chegar ao patamar que queriam, pois conseguiram ir ao Vaticano e tiveram a generosidade de pedir a colaboração do Município. Acrescentou que *"foi como se tivéssemos ido com eles ao Vaticano entregar aquela lembrança da sua Santidade o Papa Leão, portanto um bem-haja aos Escuteiros e dizer que aquele Protocolo foi assinado, vai ser cumprido, estamos a aguardar o lançamento do procedimento para completar o projeto da Serra porque aquilo vai ser toda uma área integrante"*, e que quando assinou esse Protocolo dirigiu-



se aos Escuteiros como *"os Guardiões da Serra em jeito de desafio, mas também de atribuir uma responsabilidade a esses jovens que integram esse corpo de Escuteiros, porque é assim que se consegue edificar seres humanos de valor, e eles são seres humanos de valor, portanto o Município não podia de deixar de responder à chamada como tem respondido e como vai continuar a responder"*. Quanto aos outros Protocolos, disse que estavam em vigor e que estavam a ser cumpridos, que era uma questão das Associações com as quais têm a melhor das relações, e se houver alguma coisa que não esteja a funcionar bem, corrige-se de parte a parte, mas que não tinha nenhuma indicação de que houvesse algum incumprimento, tanto por parte do Município, como das associações ou clubes que são apolados por ele. Quanto à questão da paragem do autocarro, disse que a indicação que tinha era que havia limpeza frequente desse espaço, esperando que tenha sido um caso pontual. Seguidamente agradeceu por colocar ali essas questões, mas como até podiam ser urgentes, pediu-lhe que não esperasse por uma AM para as comunicar, que o Município tem um canal de reporte para todos, através da Internet, através do telefone, podendo mesmo dirigir-se ao Município para que as coisas se resolvam rapidamente, que quando existir uma coisa desse género e urgente, agradecia imenso que colaborasse com eles, porque isso era do interesse de todos. Quanto ao Tribunal, referiu que era um projeto que foi concluído somente em 2025, que houve a exigência de uma avaliação sísmica da qual desconhecia a razão, agradecendo publicamente ao IPB que foi chamado a ajudar, porque quando lhes pediram uma avaliação sísmica em Trás-os-Montes, apesar de estarmos perto da falha tectónica da Vilarça, ficaram um pouco surpreendidos, e foi ele que os ajudou, devidamente articulado com a Associação de Municípios da Terra Quente, que foi quem fez o Projeto, conseguindo dar uma resposta. Quanto ao apelo às Intempéries, disse que realmente tem de se ter muito cuidado e sentido de responsabilidade relativamente a essas questões, que essa ajuda estava a ser articulada através do Gabinete de Proteção Civil, e que lhes iria pedir para estarem presentes numa próxima AM para darem as informações pretendidas, não acreditando que nenhum Autarca fizesse isso com intenção de lesar alguém, acreditava que a vontade de ajudar seja tanta que se tente disponibilizar de imediato os bens que foram doados para o efeito, e por isso talvez tenham acontecido situações menos próprias. Seguidamente agradeceu ao Deputado Bruno Monteiro, pelas palavras sobre o Tua Walking Festival, que isso se devia ao Parque



Regional Natural do Vale do Tua. Disse, ainda, que gostaria de o parabenizar, pois já era considerado o maior festival de percursos pedestres da Europa, alguns deles passando por Vila Flor, que isso fazia parte de uma lógica que tinham e estavam a desenvolver, de percursos pedestres dentro de Vila Flor, não só dentro do Parque, mas também como percursos Municipais, e que no futuro iriam ter mais, nomeadamente um deles ligado aos percursos pedestres dos Caminhos de Santiago, os chamados "Caminhos de Leon de Rosmithal", que passa por Vila Flor. Sagudamente agradeceu a todos os que se empenharam na organização e na execução desse festival, nomeadamente aos colaboradores da CMVF. Quanto à AMJ, referiu que também se associava, na íntegra, ao que disse, que foi uma iniciativa que surgiu na AM, que era extraordinário, portanto, tinham o futuro assegurado com Juventude, que havia Juventude em Vila Flor e essa Juventude tinha voz, e isso era o mais importante. Quanto ao estado do pavimento junto ao Infantário da Amendoeira, referiu que teve a informação dos serviços que a central de betuminoso do empreiteiro começou a trabalhar havia pouco tempo, que isso era uma situação normal e será para muito breve. Quanto às estruturas que existem por Vila Flor, disse que, na sua maioria, pertencem a partidos políticos que não precisam de licenciamento para as colocar, pois há liberdade política em Vila Flor desde o 25 de abril. Ao Deputado Joni Lado respondeu que o objetivo da visita da Polícia Judiciária a Vila Flor no dia 09 de abril esteve, de facto, ligada à Contratação Pública, nomeadamente referente ao Mandato 2017-2021. Ao Deputado Duarte Brás que falou da celebração do 25 de abril em Vila Flor, disse que desde 2022 essas celebrações têm o seu início dia 24 e que as nossas Associações se juntam em palco e iniciam de uma forma festiva a antecipação do 25 de abril que é celebrado na rua, que era assim que pensava o Executivo e continuará a ser assim enquanto aqui estiverem e que já era o quinto ano que comemoravam os valores da liberdade com as Associações na rua. Sublinhou que este ano tentaram destacar "a paz" devido aos momentos de guerra vividos na Europa e no Médio Oriente que nos afetava a todos, não só pelo aumento do custo de vida, mas também pelas imagens perturbantes que vemos diariamente na comunicação social; destacou a presença da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Flor, da Associação Cultural e Recreativa com a sua banda e com o seu grupo de teatro, assim como do grupo Concordeas e Concordeinhas, crianças que distribuíram Cravos pelos presentes no evento, começando a enraizar-se esses valores que têm de ser garantidos,



pols "o contexto político em Portugal está cada vez mais extremado, parece que não há equilíbrio, parece que estamos sempre revoltados, sempre a apontar o dedo uns aos outros, pouco nos associamos para resolver problemas, e penso que o 25 de abril em Vila Flor teve essa tônica, a tônica de equilíbrio, de moderação, falta fazer muito, claro que sim, mas vamos fazê-lo juntos e em liberdade".

Ao Deputado Vítor Gomes, que se referiu também à Barragem Redonda das Olgas, disse que a estratégia definida pelo Executivo foi a criação do Gabinete da Agricultura que tem a incumbência da fundação de uma Associação de Regantes em parceria com a CCDRN, que o Gabinete da Agricultura estava a iniciar esse processo, que ainda tem o tempo da construção da barragem a seu favor e que será essa Associação que vai desenvolver toda essa temática do máximo aproveitamento, porque era sua obrigação fazê-lo, pois a água que ficará disponível nessa reserva será muito grande e irá, sem dúvida, potenciar a Agricultura se for devidamente dirigida. Acrescentou que o Gabinete da Agricultura tem Técnicos conhecidos por todos, que conhecem muito bem o nosso tecido agrícola e que estavam a trabalhar nesse sentido porque, mais importante que a obra era a sua utilidade, o seu contributo, que também era bom termos uma reserva de água devido às alterações climática, dando como exemplo o sucedido em Carrazeda de Ansiães, havia pouco tempo, onde houve uma falta de água severa, tendo de recorrer a medidas drásticas para conseguir colocar água na Albufeira. Ao Deputado Fábio Rui, que sugeriu que no próximo ano, em articulação logística com as Juntas de Freguesia, os idosos do concelho tivessem a possibilidade de estar presentes nas celebrações do 25 de Abril disponibilizando-lhes o transporte, respondeu que era uma ideia que complementava o conceito desse dia histórico e interligava-se plenamente com o Envelhecimento Ativo, uma das prerrogativas do Executivo; que seria bom, também, percebermos todo o enquadramento, o passado, o presente e o futuro para realmente trilharmos um caminho que seja significativo para Vila Flor. Ao Deputado Paulo Morgado, relativamente às propostas que ali trouxe, disse que tinham de as analisar, que foram apreciadas, votadas e aprovadas por unanimidade na AM a quem deu os parabéns, que normalmente quando as propostas eram ali aprovadas por unanimidade, depois tornavam-se efetivas, que, por vezes, demoravam algum tempo, tal como



[Handwritten signature]

aconteceu relativamente à AMJ que demorou uns anos, mas que já existia; que essas propostas, tirando o cartão do Município, se focavam em Vila Flor, mas que tinham de pensar no concelho inteiro, não deixando nenhuma aldeia para trás, que houvesse coesão no concelho dentro do possível. Deu os parabéns à AM por se ter unido em torno de propostas que lhe pareciam ser de muito valor. _____

À Deputada Olívia respondeu que eram questões da AM, que evidentemente não se iria pronunciar. _____

_____ O Deputado da AM Joni Lado (PS), referiu que não obstante alguns acontecimentos poderem ser do mandato de 2017-2021, isso facilitava-lhe um pouco a vida para lhes facultar a informação visto que não era no seu mandato, só que os mandatos eram sequenciais, que havia coisas que podia acontecer num mandato e prolongarem-se para o mandato seguinte, e por isso solicitava os documentos do que foi pedido pela PJ, que fosse mais concreto sobre o que se tratava. _____

_____ O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), referiu que quando falou das estruturas metálicas sabia que sendo políticas não eram taxadas, mas que fosse o PS, ou o Partido que for, fizeram política e deixaram as estruturas metálicas, que era feito para a Vila, sugerindo que colocassem lá umas lonas ou qualquer coisa que desse cor àquilo e tirasse dali essas estruturas. _____

_____ O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), sugeriu que os idosos ao serem transportados, por exemplo às comemorações do 25 de abril, tivessem uma participação mais ativa, talvez como tem a banda de música, os Concordeiros, etc. Referiu, ainda, que no Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro existia um terreno há várias décadas que seria para construir inicialmente uma escola ou um jardim, que pertence à Câmara Municipal e o que é que pretendiam fazer, pois aquele terreno também seria aproveitado, talvez, para um espaço interessante, uma vez que há décadas que esse terreno estava disponível. _____

_____ O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que tudo isso foi pensado em terrenos pertencentes ao Município e que podiam ser ocupados, que não era preciso investimento nesse aspeto. Acrescentou que, como era óbvio, as freguesias também teriam de ser contempladas com algum investimento,



embora elas já tenham Polidesportivos, mas deviam adaptar e atualizar essas Infraestruturas. _____

—— O Senhor Presidente da CMVF referiu que quanto às questões que lhe foram colocadas já tinha respondido, que a informação que deu estava completa e era aquela que podia dar publicamente. _____

—— O Presidente da AM respondeu à intervenção da Deputada Olívia que se dirigiu a questões da AM, e que dava essa informação a todos os seus Membros: que a ANAM estava a conduzir um projeto por todo o país que eram as “*Conferências da Arquitetura do Poder Local*”, que já esteve em Lisboa, no Algarve, em Coimbra, e que iria estar essa semana no Porto, na UTAD, sempre nas Universidades, e que essa iniciativa da ANAM era para ouvir e debater a possível reforma do Poder Local, reforçar as competências e os poderes dos Órgãos; que a conferência da UTAD teria lugar dia 8 de maio, onde seria orador, que estavam todos convidados a assistir, ou pessoalmente ou via telemática, disponível no link que lhes faria chegar, mas que se fossem à página da ANAM, qualquer um dos Deputados era utilizador da sua atividade. Acrescentou que a ANAM já foi considerada pelo Governo como parceira e, portanto, tudo aquilo que disser respeito ao Poder Local, o Governo terá de consultar a ANAM para se pronunciar. Informou, ainda, que a ANAM já tem assento na Mesa do grupo de trabalho da Reforma da Lei das Finanças Locais, onde será ele o seu representante. _____

—— PONTO TRÊS PONTO UM: *Prestação de Contas e Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício do ano 2025 da Câmara Municipal de Vila Flor – Discussão e Deliberação.* _____

O Presidente da AM questiona se alguém quer intervir neste ponto dando de seguida a palavra ao senhor Joni Lado. _____

—— O Deputado da AM Joni Lado (PS), referiu que “*dizem no documento que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 1.4 milhões de euros comparativamente a 2024, mas e a inflação? Fazer contas em valores absolutos não faz sentido, porque temos de avaliar os preços constantes. Porque é que não falam da redução das receitas de capital? Até porque para isso contribui muito o péssimo desempenho que Vila Flor teve como sendo, salvo erro, o Concelho do Distrito com menos Projetos aprovados ou, pelo*



[Handwritten signature]

menos, com menor financiamento aprovado no PRR. Despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços nos oitenta por cento é saudável? Nota no erro do documento, o resultado líquido cifrou-se no valor negativo de 2.76 milhões de euros com sequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta despesa, verificando-se uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos oitocentos e noventa e seis mil euros, ou seja, aqui está um erro porque é um aumento e não uma diminuição. Posto isto, mais um desequilíbrio orçamental, neste caso de 2.76 milhões, é o quarto ano consecutivo, mas depois falam do saldo positivo porque só fazem conta às despesas e as receitas correntes e o capital? Tudo isto, o passivo a aumentar, o património a baixar e o resultado negativo do Capital faz os 2.76 milhões de euros. Com estas contas, pode-nos garantir, Senhor Presidente, que não necessitará de pedir um novo empréstimo a curto prazo? Imaginem um pescador que tem um barco, o pescador vai para o mar e começa a entrar água no barco, primeiro entram 561 milímetros, no ano a seguir passa para mais dois metros e trinta e oito, no terceiro ano 1.86, no quarto ano mais 2.76, a água sempre a entrar no barco. A perspetiva da Câmara Municipal é que estamos consolidados, a perspetiva do povo que vê no cais é: o barco afundou-se. O Executivo pode afirmar que cumpre formalmente determinados rácios ou limites legais, mas cumprimento formal não é sinónimo de solidez financeira, nesse sentido a nossa Bancada irá votar contra".

— O Senhor Presidente da CMVF referiu que era um documento, pelos vistos, com muita criatividade, que podia ser lido de várias formas, convidando todos os presentes a lerem a página 18 que dizia que o Município possui robustez financeira a curto, médio e longo prazo, que não interessou falar nisso, e que também na página 13, que era isso que interessava, o Município gastava menos do que aquilo que recebia, ou seja, cumpria a regra de equilíbrio Orçamental. Sublinhou que falar das questões técnicas não era da sua competência, mas que ficava um pouco estupefacto porque fazer essa comparação, essa analogia com o barco, era totalmente despropositada, perguntando o seguinte: "se mantendo um saldo zero nos quatro anos anteriores a 2021, desde 17 a 21, porque na altura o Património não referia o que existe e hoje já reflete um pouco mais, as amortizações decifravam-se em cerca de 1.4 milhões de euros anuais, portanto a conta é muito fácil de fazer. Segundo a minha analogia deveria ter ficado nos cofres de Vila



8

[Handwritten signature]

Flor, em 2021, seis milhões de euros, e nós quando entramos encontramos três, portanto isso é falacioso, vamos falar a verdade, ser concretos com as pessoas. Em primeiro lugar, o saldo bancário hoje, disponibilidades bancárias de Vila Flor: 6.8 milhões de euros, isto é um arranha-céus, não há barco, é um cruzeiro que não está a afundar, agora, realmente, nós estamos a ser muito penalizados por sermos verdadeiros e honestos e demonstrar aquele que é o Património de Vila Flor, mas os Vilaflourenses têm o direito a ter esse Património registado devidamente nas contas; só a título de exemplo, a nível de apreciações que é o reflexo daquilo que é o nosso Património, as depreciações na sua ótica nem deveriam contribuir para o saldo contabilístico porque não são, na realidade, uma despesa. Interessa é o que está no Banco, e no Banco estão 6.8 milhões de euros disponíveis para continuar a fazer investimentos em Vila Flor, no Envelhecimento Ativo, no transporte de doentes oncológicos, na componente de apoio à família, nas diversas construções e intervenções que se fazem nas Juntas de Freguesia todas e olha para os Senhores Presidentes de Junta, e isso é o que estão aqui para fazer, é para trabalhar, e surpreende-me que realmente alguém que tem uma índole de esquerda humanista, de investimento, venha aqui falar em contas certas".

— O Presidente da AM deu as boas-vindas ao Doutor Pebinho e passou-lhe a palavra para prestar esclarecimentos.

— O Senhor Doutor José Pebinho, depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, fez uma apreciação global da situação económica, financeira e orçamental do Município, referiu que numa apreciação global, que era aquilo que faziam sempre quando auditavam as contas e tinham mais interesse para os Deputados Municipais, tinha a ver com a situação económica, financeira e orçamental do Município. "isto tem três prismas ou, se quiserem, três formas de avaliação: uma primeira que é a situação financeira, nós pegamos no balanço que tem de um lado o ativo, que é onde se colocam todos os investimentos que o Município faz, sejam aplicações correntes, sejam aplicações mais de médio ou longo prazo; depois, do outro lado, temos os financiamentos de que o Município se financia, se é com capital próprio, seja com fundos próprios, com Património líquido ou se é com fundos alheios, com empréstimos, dívidas a terceiros, e nesse particular vale a pena relativamente aqui ao Município de Vila Flor, que aliás é uma coisa que tem tradição, o Município de Vila Flor



9

tem, relativamente aos Passivos correntes, um excedente de ativos que permite praticamente que, se quisessem, com os depósitos que têm no Banco, Caixa e Bancos, podiam pagar a totalidade dos passivos correntes; ora isto reflete uma situação financeira muito equilibrada, nem sequer é equilibrada, é muito equilibrada. Depois numa leitura económica, nós pegamos no outro mapa que é a demonstração de resultados onde nós avaliamos o desempenho, e há uma certa tentação para o resultado líquido, o Município não é propriamente uma empresa, tem uma estrutura diferente, aliás, a grande componente do ativo do Município que são os ativos fixos, são as obras, são os equipamentos, são os bens de domínio público que no seu conjunto se foram fazendo ao longo dos anos, e que como disse o Senhor Presidente, eles têm que ser amortizados ou depreciados todos os anos. O que isto quer dizer? Nós construímos, por exemplo, uma Escola, temos uma expectativa de ter uma vida económica útil, por exemplo de 25 anos, e todos os anos consideramos como gasto a título de depreciações os 4% do valor de investimento que foi feito nessa Escola; ora isto não traduz a despesa porque a despesa aconteceu quando foi feito o investimento. Então quando nós fazemos uma leitura económica das contas do Município, o indicado resultado líquido é o indicador enganador. O que é que nós normalmente utilizamos? É o resultado antes de depreciações que muitas vezes se utiliza, é o cash-flow, que em português se traduz por meios libertos, ou seja, os meios financeiros foram possível libertar de acordo com a exploração num determinado período no ano em análise, e portanto o cash-flow do Município é muito positivo, o que quer dizer que libertou meios que se vão traduzir em maior capitalização e em maior autonomia financeira. Por último, temos a perspetiva Orçamental que normalmente vem explicitada na conta de gerência ou na demonstração de fluxos de caixa, que é tudo aquilo que se pagou e aquilo que se recebeu, e cujo saldo final é o que se tem em caixa e em depósitos à ordem e, portanto, também se forem ver a demonstração de fluxos de caixa verifica-se que no final do período, ela tem alguns milhões de euros de saldo de caixa e de depósitos à ordem, portanto quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista do desempenho, do plano económico, quer do ponto de vista Orçamental, a situação do Município de Vila Flor, desde que é aqui Revisor, é equilibrada e consolidada, e mais, já agora tive o cuidado de ver qual era o ranking dos Municípios Portugueses, Vila Flor está nos cinquenta Municípios com o



Handwritten signature and initials in blue ink.

menor nível de endividamento do País, e portanto com maior capacidade de endividamento".

— O Presidente da AM agradeceu as palavras do Senhor Doutor José Peixinho, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fábio Azevedo.

— O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que a questão das contas já não era de agora, mas antiga, lembrando-se que já serviu como mote de campanha algumas vezes, tanto a questão de haver dinheiro no banco como de não haver dinheiro no banco, que era uma questão técnica e devia debar-se para quem a domina. Respondendo ao colega Deputado sobre a analogia que faz, disse que com o atual Executivo estávamos habituados a um investimento que era feito no "barco", e que o "barco" tem aumentado o tamanho e que a água já não entrava lá tão facilmente. Seguidamente, para que não restassem dúvidas, solicitou ao Doutor Peixinho que esclarecesse os Vilaflourenses sobre a estabilidade da situação financeira do Município.

— O Deputado da AM Joni Lado (PS), referiu que o Titanic também era um cruzeiro e que também afundou, desconhecendo se o Deputado Fábio leu o seu próprio manifesto de campanha em que falava dos sete milhões em caixa, se falar do saldo negativo líquido de 2,7, 2.76 era fazer política, dizer que tínhamos 7 milhões na conta em dezembro de 2024 também era fazer política, pois como disse o Senhor Presidente e bem, há sempre várias maneiras de interpretar os números, mas também era *"importante sabermos o que nós apresentamos em campanha antes de atirar para o outro lado porque há uma coisa que é certa, o feedback vem sempre"*. Acrescentou que na última AM perguntou ao Senhor Presidente da CMVF quanto dinheiro é que tinha na conta e ele disse que era impossível de dizer porque o Município tem várias contas. Disse, também, que o Deputado Fábio estava na AM há cinco anos, mas que ele já lá estava há mais tempo, por isso as coisas não eram assim tão simples, e que ele, sendo dessa área, poderia falar de forma técnica. Referiu que *"um saldo negativo é um saldo negativo, pode-se fazer as interpretações que se fizer, saldos acumulados negativos se fosse no Orçamento de Estado, se fosse num Estado chama-se dívida pública que é o acumulado ao longo de quatro anos, se houver saldos consecutivos transforma-se em dívida pública e numa saúde financeira pouco sustentável, mas acho impressionante"*



com quatro saldos líquidos negativos haver esta abordagem, estarem a defender um saldo negativo e até sublinharem a amarelo os 2 246 mil euros de saldo positivo no corrente para as Senhoras Deputadas que estivessem mais desatentas se focarem no saldo positivo e não no negativo".

— O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), respondeu ao Deputado Joni Lado que percebia a sua inquietação, que também se lembrava que na campanha eleitoral lhas foi feito um desafio porque o tema das contas era abordado por elas constantemente, que houve uma pessoa que lhas poderia dar essas explicações porque percebia da área, era o Sr. Presidente da AM, disponibilizando-se para responder a essas questões na Câmara Municipal, caso as quisessem colocar e obter a resposta, perguntando-lha, se fosse no caso deles, como era que fariam: *"cortariam, por exemplo, no transporte aos doentes oncológicos?"* Seguidamente solicitou ao Doutor Peixinho que dissesse aos Vilaflourenses se a saúde da Câmara Municipal se recomendava e se era estável, porque foi isso que entendeu da sua intervenção.

— O Senhor Presidente da CMVF começou por dizer que, por vezes, uma mentira dita muitas vezes, até começava quase a parecer verdade, por isso tinha de a rebater, colocando ao Doutor Peixinho a seguinte questão: Como era que justificava o aumento de 2 milhões de euros na rubrica das depreciações, para que lá em casa percebessem o que o Executivo fez e o que estava a ser feito, já que a discussão estava a entrar para esse nível e que explicasse de uma forma contundente que era falacioso dizer que os saldos contabilísticos acumulam, que acabou de o dizer, mas que eles não perceberam, portanto era preciso dizer de uma maneira clara que o Município de Vila Flor tem liquidez, está bem de contas e que o saldo contabilístico era um reflexo das depreciações que antigamente não eram feitas; que *"havia dois milhões de euros que não estavam a ser, isto já vem de trás, muito de trás, claro que isso é fácil assim, eu não declaro o Património que tenho e evidentemente que não tenho depreciações e consigo um saldo contabilístico mais apresentável, mas a mensagem que tem de ficar aqui realmente refletida é que nós não trabalhamos para o saldo contabilístico, nós não gastamos mais do que aquilo que recebemos, isso é ponto assente, mas nós trabalhamos para o bem-estar da população e é isso que vamos continuar a fazer, e portanto vir aqui dizer este*



[Handwritten signature]

tipo de mentiras fica mal a quem as diz porque não é verdade que os saldos contabilísticos sejam acumulativos nem coisa que se pareça, e nem constituem dívida, não há dívida aqui, portanto gostava que o Doutor Pelinho por favor dissesse isso de uma forma contundente, se é verdade que os saldos contabilísticos não constituem dívida".

— O Senhor Doutor José Pelinho referiu que tinha a ideia que já tinha conseguido explicar, mas que iria tentar ser um pouco mais explícito. Disse Julgar que o Senhor Deputado referiu que os resultados líquidos vão acumulando de ano para ano, mas que essa leitura não era correta, pois foram reconhecidos como ativos fixos e portanto “fazendo parte do património investimentos que estavam classificados em curso e não eram depreciados porque estavam em curso treze milhões, e que já não estavam em curso de forma objetiva como, aliás, podem ler na nossa Certificação Legal de Contas dos vários anos, e portanto foram reclassificados de investimentos em curso para ativos fixos tangíveis. A partir do momento em que eles são ativos fixos tangíveis, ficam ou passam a estar sujeitos à disciplina das depreciações, e por isso é que disse que quando nós fazemos uma análise do balanço ou da demonstração de resultados é muito mais importante o indicador do cash-flow, que é o somatório do resultado líquido mais as depreciações, do que o resultado líquido. O resultado líquido, em si mesmo, não traduz défice numa estrutura como o Município, ou seja, nós não podemos fazer uma leitura das contas do Município como fazemos de uma empresa”, mas que relativamente aos Municípios, o indicador cash-flow ou meios libertos era o indicador que deviam utilizar para avaliar o desempenho e também a situação financeira e a capacidade da entidade se capitalizar, porque o objetivo do Município não era dar lucro, mas satisfazer as necessidades públicas, cumprir os seus programas e manter-se financeiramente equilibrado. Acrescentou que o Município não só se mantém equilibrado como tem conseguido capitalizar-se, o que acontecia há muitos anos; que o Município de Vila Flor, à semelhança de mais dois ou três Municípios do distrito de Bragança, estavam nos 50 Municípios mais equilibrados do ponto de vista financeiro, o que pode ser observado no Anuário Nacional dos Municípios.

— O Deputado da A.M. Duarte Brás (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que o assunto das contas era antigo, recordando que houve um Deputado, que era



[Handwritten signature]

contabilista certificado, que fez uma declaração de voto e votou contra, porque lhe faltava exatamente aquilo que o Senhor Presidente disse e que agora foi acrescentado...

— O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), acrescentou *"que afinal o navio a que se refere o Senhor Deputado, esqueceu-se e nós vamos dizer-lhe e informar, tem um duplo casco"*.

— O Deputado da AM Joni Lado (PS), referiu que nunca dase na AM que uma Câmara Municipal devia-se gerir como se fosse um banco, que não era essa a questão, entendendo que se o Município tiver de se endividar durante um ano ou dois anos para suprir necessidades básicas da população, não havia nenhum problema que uma Câmara Municipal tivesse prejuízo ou desequilíbrio orçamental; que a sua preocupação era com os sucessivos, o resultado líquido negativo, não obstante haver as interpretações económicas que podíamos fazer, mas que havia uma questão mais importante, que era um documento muito político, não só económico, porque para isso elegíamos um Tecnocrata e não um Presidente de Câmara; se era para analisar as coisas sob o ponto de vista económico era simples: colocar um gestor a gerir tudo o que existe no país, mas que existia um Presidente de Câmara por esse motivo mesmo.

— O Presidente da AM referiu que *"se fosse há dez, quinze ou vinte anos, este era o momento alto da discussão política numa AM, e porquê? Porque as contas, nessa altura, de uma Câmara Municipal primeiro não estavam certificadas por Entidade Independente e não tinham aquilo que nós chamamos de fiabilidade, de garantia daquilo que lá está, está bem, segundo vimos de uma prática em que a Contabilidade do Município, das Entidades públicas era de uma base, de uma ótica de caixa, de recebimentos e de pagamentos; depois implementou-se a contabilidade patrimonial e aí começou-se então hoje a conseguir olhar para umas contas do Município à semelhança do que se olha às contas de uma empresa. Com o Normativo Contabilístico que entrou em vigor em 2020, e hoje estamos aqui a apreciar contas de 2025, portanto isto tem cinco anos, e nestes cinco anos tende a estar cada vez mais afinado, pena é que ainda estejamos no registo antigo, antigamente isto era a discussão política, hoje as contas e a curto prazo vai deixar de ser tema para discutirmos uns com os outros, estão bem ou não estão bem? Estão bem, até já estão aprovadas, vamos apreciá-las politicamente? Então Senhor Deputado, a discussão da apreciação das contas numa AM é uma apreciação política, e*



percebe a sua dificuldade, também já foi Membro da oposição, tendia a dizer menos asneiras do que o Senhor Deputado já aqui disse hoje, porque só falava do que sabia, ou pelo menos tentava prepara-se para alguma discussão, e portanto errava um bocadinho menos, porque isto é como um não médico falar de saúde, já perdeu a discussão antes de falar, um não jurista discutir com um jurista de questões jurídicas ainda não abriu a boca e já perdeu a discussão, e aqui é um bocadinho igual, um não financeiro fazer a interpretação duma Entidade do tamanho que é uma Câmara Municipal, com a complexidade que são as contas do Município, é um chorrilho de disparates que estão gravados e ao dispor de todos. Contudo, é a liberdade, festejamos abril há dois ou três dias e todos os Deputados têm a liberdade de se poderem pronunciar, mas há um limite, julga que todos puderam dizer o que tinham para dizer, vão agora apreciá-las com voto o favorável ou desfavorável".

——— O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que achava que um dos nossos problemas são os Economistas, porque criam esta artimanha toda das contas e depois não sabem se havia ou não défice. Disse que gostava muito de gerir isso, e que ainda bem que o Senhor Presidente da CMVF também dizia o mesmo, saber o que é que se tem e o que é que gastou, que isso é que achava importante; que o Dr. Peixinho acabou por dizer que o cash-flow é que contava, mas que não soube quanto é que tinha, que ouviu o Senhor Presidente da CMVF dizer que tem sete milhões, que isso às vezes flutuava muito, eram sete, três ou dois, conforme, mas que, como Vilaflorense, ficava satisfeito com isso, mas o que o preocupava era uma avaliação política disso, porque a AM Órgão era um Órgão político, que concordava com o que disseram todos, mas isso era político, que o Dr. Peixinho faz uma apreciação técnica e sobre o exercício de 2025 havia mais depreciações porque houve mais registos, mas ainda não estavam todos feitos porque o próprio Revisor disse isso e que tem de ser implementado muito mais; que ainda estávamos no caminho, mas o que agora o preocupava era a questão da gestão, do exercício, só isso, não era a solidez, que nunca pôs isso em causa. Acrescentou que o Dr. Peixinho disse o seguinte, "*o balanço evidencia investimentos em curso de quinze milhões e oitocentos mil*"; logo a seguir, no seu relatório, o ROC diz "*conseguimos obter evidências que se encontram em curso apenas 4,7 milhões*", ou seja, há aqui 11 milhões de euros que não se sabe porque foram inscritos no Orçamento; que isso



[Handwritten signature and scribbles]

revelava que houve projetos que não foram concretizados, se calhar havia razões para isso, ou então não sabia o que aconteceu; e que o Dr. Pabinho também dizia: *“é preciso melhorar os procedimentos do controle e das obras por administração”*, ou seja, tudo isso tinha a ver com uma monitorização melhor do exercício, que isso tinha de ser feito sempre, que fazia muito bem o ROC em dizê-lo e que eles faziam muito bem em estar ali a chamar essa atenção, mas que isso não era feito com qualquer ideia negativa, era dar sempre contributos. Referiu que o Revisor dizia ainda *“a execução global relativa ao ano de 2025 foi de 72,25%, estimativa efetuada aquém das projeções da despesa inscritas no Orçamento de 2025”*; que essas notas, a si, é que lhe diziam alguma coisa, que não punha em causa o cash-flow e que as anotações do Revisor era o que lhe debavam alguma preocupação, que era preciso que houvesse ali uma maior atenção, pois a AM era um Órgão político, e eles estavam ali para ter esse tipo de apreciações. Acrescentou que havendo cash-flow, havia verbas próprias para satisfazer esses défices se forem efetivos, porque podem não ser efetivos, mas apenas motivados por questões de depreciação, mas que também havia uma grande capacidade de endividamento, porque a Câmara não tem recorrido a endividamentos há muitos anos, à exceção de há dois anos ou três anos quando entendeu fazê-lo, mas que tem ainda uma grande capacidade para fazê-lo. Disse que de uma forma global, financeiramente ou contabilisticamente, a Câmara tem uma boa posição porque também a herdou, mas que tinham de chamar à atenção desses aspetos que eram normais, que entendessem a sua intervenção como alguém que queria resolver esse problema. Ao Deputado Fábio disse que o que estava ali em causa era o capital e nada mais e que o défice do capital também gerava ativos, era evidente que sim.

— O Presidente da AM referiu que tinha de fazer ali uma correção, que o problema não era dos Economistas, que a contabilidade era uma ciência, quer a gente goste *“mais ou goste menos”*, que não era subjetiva, mas sim uma ciência exata como a matemática e que isso era bom. Sublinhou que gostou muito de ouvir o Deputado Fernando Barros que foi Vice-Presidente da CMVF durante muitos anos e Presidente da CMVF durante dois mandatos e aquilo que disse das heranças era verdade, que a Câmara herdou uma situação económica favorável, mas os défices e as deficiências apontadas pelo ROC como aspetos negativos, também as herdou e vindas do seu tempo, e que na altura ele



A

não se preocupou muito em querer resolvê-las, mas a vida era evolutiva e registava de forma positiva que hoje olhasse para isso com outro desprendimento, pois tem mais tempo e consegue olhar para isso de uma forma como deve ser, pedir efetivamente aquilo que não conseguiu fazer, e portanto achava que era muito positiva a sua intervenção, que a democracia era isso. _____

— O Senhor Presidente da CMVF sublinhou que a posição do Município era favorável e que não havia dúvidas que havia dinheiro no banco, que foi bem ouvir isso, que achava espantoso que durante décadas o Património fosse subestimado em Vila Flor, condição pela qual tinham o único problema que, aparentemente, foi colocado ali pela oposição, que falou no saldo contabilístico. Acrescentou que tinham esse problema porque durante décadas o Património não foi valorizado, situação corrigida pelo atual Executivo com coragem, considerando que entendia que, no mínimo, devia ter o apoio da oposição nessa senda, já que se reconhecia que foi uma herança, que na política era muito bom a coerência. Quanto à contabilidade analítica, disse que isso foi, sucessivamente, uma das reservas do ROC desde que ela existia, na qual estavam a trabalhar, mas que, evidentemente, não se fazia em quatro anos aquilo que nunca se fez em vinte e oito. Frisou que aquilo que gostava que ficasse claro era que havia solidez nas contas, que o saldo contabilístico não acumula nem constitui dívida, que há dinheiro no banco, mais do que aquele que existia quando herdaram a Câmara, que não herdaram sete milhões de euros no banco, *“e hoje temos-los, e temos tido sempre saldos no final de ano superiores aquilo que era o apanágio, portanto com tanta rigidez orçamental não entendo como é que não se tinha também um saldo bancário da mesma magnitude do nosso”*. Acrescentou que esperava que a oposição considerasse e que após as palavras do Deputado Fernando Barros, reconhecendo que já eram premissas antigas e que o atual Executivo iniciou um trabalho de coragem e rigoroso, tentando transmitir a realidade daquilo que é o Património do Município e não continuarmos com a reserva, *“em vez de ser quatro milhões seria de um pouco mais, de vinte, mas não, decidimos corrigi-la, devíamos ser premiados por isso, mas muito obrigado pelas suas palavras, de realmente reconhecer e de colocar verdade neste debate, a solidez financeira que existe em Vila Flor, apesar de termos muita atividade”*. _____



——— O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que as contas auditadas pelo ROC das Autarquias tem uma data a partir da qual foi obrigatória, e a partir dessa data a Câmara cumpriu, e teve a ver com todo o registro de património de ativos que também foi feito, lembrando que só existia uma Câmara no distrito que tinha uma gestão contabilística a sério, que era a Câmara de Bragança, que tinha lá um grande Presidente, Jorge Nunes, portanto “o caminho faz-se caminhando”; “*nós fomos dos primeiros a ter o ROC, que por acaso é o mesmo que hoje está aqui e ainda bem que houve continuidade*”. Acrescentou que deixaram aberto o procedimento para que fosse registado o Património que depois a Câmara, e bem, deu continuidade e estava a fazê-lo, e que posteriormente terá de abrir outro procedimento porque será preciso registar tudo: as ruas, os passeios, etc.; o que o preocupava eram as chamadas de atenção do ROC a determinados procedimentos e monitorizações que têm de ser feitos, era só isso, mais nada, pois o resto ainda cabia na visão e apreciação que era feita, uma apreciação que no fim dizia se estava em condições de ser aprovada ou não, que eles tinham uma visão política e o ROC técnica. ———

——— O Presidente da AM informou que sobre esse período de discussão, a Bancada do PS usou mais doze minutos do que a Bancada do PSD, e, portanto, a democracia era assim, não porque são mais que vão falar mais, eles são menos e falaram mais, mas também estava certo. De seguida colocou o Ponto Três Ponto Um a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Maioria com quatro votos contra e três abstenções. ———

——— **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro.** ———

O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir nesse ponto, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Eurico Trigo. ———

——— O Deputado da AM Eurico Trigo (PS), depois de cumprimentar todos os presentes e quem acompanhava a AM nas redes sociais, referiu que relativamente à Atividade Municipal ia falar sobre a AIN-Cachão, perguntando ao Sr. Presidente da C.M. quem era neste momento o seu Administrador e quantos Administradores existiam atualmente. Acrescentou que era importante esclarecer isso, porque a realidade conhecida desde 2023, com a saída do Engenheiro Artur, o Cachão passou a ter apenas



um Administrador, que estava a falar de uma Entidade que enfrentava uma situação grave, incluindo um processo de insolvência do matadouro, recordando que em 04/12/2017, na ata número quarenta e sete, quando era ele era Vereador da Oposição, defendia *"a necessidade de uma gestão mais profissional"* e criticava o facto de não ter tido conhecimento prévio das nomeações para o Conselho de Administração. Seguidamente perguntou se era essa a gestão mais profissional que defendia, que atualmente não havia informação clara sobre nomeações, que não havia transparência junto da Câmara, nem conhecimento dado à AM, ou seja, aquilo que exigia na oposição deixava de ser prática no exercício do poder; que um Administrador associado a este período de gestão acabava por transitar para Vereador, se era o reconhecimento pela gestão profissional que foi feita. Seguidamente dirigiu-se ao Presidente da AM, Dr. Pedro Santos, dizendo que em 29/12/2017 e em 26/04/2019, quando era o líder da oposição na AM, defendia que o Município de Vila Flor deveria entregar a sua participação do Cachão, afirmando que se tratava de um problema e que o melhor seria livrar-se dele, deixando a seguinte pergunta *"se era um problema, porque não se libertaram dele quando chegaram ao poder? E porque continuaram ainda hoje a não o fazer?"*. Acrescentou que o que viam ali não era apenas uma questão de gestão, mas uma gestão de coerência política, pois quando se está na oposição exige-se transparência, profissionalismo e rigor, mas quando se chega ao poder espera-se, no mínimo, que os princípios sejam cumpridos, mas o que viam era o contrário, menos transparência, decisões pouco claras e uma gestão que levantava mais dúvidas do que respostas, e que os cidadãos não esquecem o que foi dito no passado e têm o direito de exigir que aquilo que foi defendido, seja praticado. Seguidamente falou sobre as Associações do nosso Concelho, salientando que desempenham um papel absolutamente fundamental na dinamização cultural, social e desportiva e, como era natural, recebiam apoios e subsídios públicos para concretizar os seus Planos de Atividades devidamente aprovados através de Contratos Programa, que era assim que deviam funcionar, com regras claras, com autonomia, com respeito, mas que sempre que havia eventos promovidos pela Câmara Municipal soavam imposições, mensagens que deixavam no ar ou, em alguns casos de forma bastante direta, a ideia de que a não presença poderia ter consequências, menos apoios, menos subsídios, menos colaboração futura; que isso era grave, que os apoios públicos não podiam ser



[Handwritten signature]

condicionados à presença obrigatória em Eventos, não podiam ser usados como instrumento de pressão, e muito menos como forma de controle, pois *“estamos no século vinte e um, vivemos em Democracia e as Associações não são extensões do Poder político, são Identidades livres, com direção própria, com decisões próprias e que merecem ser respeitadas como tal. Ainda recentemente ouvimos discursos sobre o 25 de abril, sobre liberdade, participação e democracia, mas importa perguntar, que liberdade é essa se as Associações se sentem pressionadas para estarem presentes? Que autonomia têm se existe receio de perderem apoios por não comparecerem? Senhor Presidente, isto não é saudável, não é democrático, e não pode continuar, os apoios devem ser atribuídos com base em critérios objetivos, transparentes e justos, não com base na presença em Eventos ou em alinhamentos institucionais, o 25 de abril não pode ser apenas discurso, tem de ser prática, e respeitar a liberdade das Associações é também respeitar Abril”*.

——— O Deputado da AM Joni Lado (PS), referindo-se à Intervenção do Deputado Eurico, disse *“que temos de ter em consideração que nem todas as pessoas podem ter o intelecto de Vossas Excelências, e ele não tem que ter as qualificações que certamente serão superiores da sua Bancada e do Senhor Presidente da AM, e por isso cada um trabalha com o que tem e com o que é adquirido, e por isso é normal que diga mais disparates do que o Senhor Presidente dizia na altura, também temos idades diferentes, há que ter isso em conta”*. Acrescentou que era estranho e curioso que na altura em que ele e o Presidente da AM estavam na Bancada da oposição, o que ouvia ali eram só elogios quando ele criticava o anterior Executivo, mas que tudo passava, e a coerência era uma delas. Perguntou, também, qual era a estratégia global para o Turismo em Vila Flor, que colocar um outdoor das Amendoeiras em Flor no Pópulo, era uma boa opção, mas a longo prazo qual era a ideia; que a maioria dos visitantes são portugueses, o que era natural, mas que a amostra internacional dos produtos locais deveria atrair mais turistas estrangeiros. Frisou, ainda, que dizem que nas Amendoeiras em Flor aumentou o número de visitantes, perguntando como sabiam isso e se tinham os números. Referiu-se, também, ao Ecopark de Vila Flor, elogiando as perguntas dos jovens que fizeram na AMJ, quando começavam as obras no Ecopark, respondendo a Senhora Vice-Presidente que era para breve, querendo saber o que significava “breve”, se este ano iria abrir.



Referiu-se, ainda, aos vouchers dos fins-de-semana gastronómicos, dizendo que percebia a ideia, perguntando se existia algum Regulamento. Afirmou que elogiava a medida da Sessão Informativa para a população migrante, que esse também era o papel da Câmara Municipal, deixando os parabéns pela iniciativa, mas que também perguntava se a Câmara Municipal disponibilizou ou estava a pensar disponibilizar aulas de português para as comunidades migrantes; que também elogiava a celebração do “Dia Mundial da Água” com os nossos jovens, assim como outras tantas iniciativas, que nem tudo era mau, pois também estava ali para reconhecer as coisas positivas. Elogiou, também, a prevenção dos maus-tratos, que era um tema atual importante e uma iniciativa de louvar numa altura em que ouvimos notícias do crescimento da violência entre os jovens. Elogiou, também, a medida apresentada pela senhora Vice-Presidente da CMVF na AMJ, de colocar um lettering a dizer “Vila Flor” no Miradouro, pois achava que era uma medida distintiva, que Vila Flor tem a capacidade de ter ali o lettering que outros Concelhos não têm, e não era assim tão comum, existindo apenas dois ou três exemplos europeus, que fazia sentido, sugerindo que o material de que é feito não fosse igual ao da Fonte da Praça.

——— O Deputado da AM Bruno Monteiro (PS), disse que tiveram conhecimento que uma viatura pertencente aos Bombeiros Voluntários, concretamente uma carrinha branca 4x4, identificada com matrícula NI, tem vindo a ser utilizada pelos serviços da Câmara Municipal, sendo essa mesma carrinha conduzida por Colaboradores do Município; que essa situação levantava dúvidas que não podiam ser ignoradas, se existia algum constrangimento na Frota Municipal que justificasse esse recurso. Perguntou, ainda, se essa utilização estava devidamente enquadrada no ponto legal da Instituição; se, em caso de acidente, quem iria assumir a responsabilidade, se o Município ou os Bombeiros; que não se tratava de antecipar problemas, mas sim garantir que tudo estava devidamente acautelado antes que pudesse acontecer alguma coisa. Acrescentou que o Município procedeu ao longo dos últimos anos, e bem, a uma renovação da sua frota automóvel e de maquinaria, e vinha solicitar de forma formal o acesso a todas as faturas de aquisição de veículos e equipamentos desde o ano de 2021 até à presente data. Solicitou, também, a disponibilização do Mapa detalhado de todos os funcionários do Município com registo de horas extraordinárias realizadas desde o



ano de 2024 até à presente data, perguntando ao Senhor Presidente da CMVF se tinha de fazer esse pedido por escrito, por via mail, ou como era que tinha de o fazer.....

— O Deputado da AM Duarte Brás (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), questionou que *“idade nos dariamos se não soubéssemos a nossa verdadeira idade?”* Que essa frase, inspirada em Confúcio, nos remetia, de alguma forma, à forma física e frescura monumental necessária para enfrentarmos o dia-a-dia. *“O que é envelhecer? A resposta mais óbvia será o passar do tempo cronológico pelo cárcere de Alma. Como é evidente associamos a maior idade a um nível de maior entendimento, de maior sabedoria, de maior discernimento. Infelizmente, em muitos casos, tal não é verdade. Os tecidos familiares de então já não são o que eram: os nossos idosos são cada vez mais numerosos, e a solidão amplificada pela ausência do vizinho que, entretanto, partira para a sua eterna viagem debaixo da cru e dureza da falta dos filhos, que levaram os netos em busca de vidas melhores. Regressando à mensagem inicial: O que é necessário para mantermos, com o passar dos anos, a vivacidade de espírito? Pouca coisa. Ou melhor: Um pouco de grandes coisas. A primeira: Amor. A segunda: Saúde. A terceira: Proximidade. A quarta: Atividade. É com esse espírito que temos vindo a desenvolver um trabalho essencial, vital diria, com os nossos Sêniores. Senão vejamos: O Projeto Aproximar capacitado com técnicas especializadas tem aberto uma série de atividades, algumas com visibilidade outras mais discretas, mas efetivas. Foi com agrado e emoção, confesso, que vi a interação dos nossos Sêniores com as nossas crianças, em certames como as Amendoelras em Flor e outros. Outra componente indispensável, que tem dado provas da sua imprescindível existência e que se encontra bem implementada: O Radar Social. Identificar para poder intervir, é isso que temos visto. O acompanhamento da boa saúde social do nosso concelho é um benfazejo há muito tempo perdido pelas ruas da solidão. Não será demais lembrar as atividades físicas. As oportunidades abertas pela Universidade Sénior. O 1º Fórum de envelhecimento ativo! É por demais evidente a nossa preocupação com os nossos Sêniores. Eles são o nosso testemunho. E engana-se quem pensa que eles são passado! Eles são o Presente. Eles são a base da nossa estrutura intelectual, mental e afetiva. Eles são os necessários membros ativos de uma sociedade viva.”*



— O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), saudou o arranque da empreitada da Barragem Redonda das Olgas, localizada em Samões e em Freixiel, que contou com várias Entidades Institucionais e Técnicas e teve como objetivo principal a articulação entre todas as Entidades envolvidas. Salientou que essa grande obra representava um desenvolvimento estratégico para o nosso Concelho, contribuindo para o reforço dos recursos hídricos, o apoio à agricultura e a promoção do desenvolvimento sustentável do nosso território, que a formalização da assinatura do auto de consignação da empreitada relativa à construção das Infraestruturas hidráulicas do aproveitamento hidroagrícola de Freixiel, da Barragem Redonda das Olgas, com a empresa construtora, era um passo histórico, pois marcava o início oficial dos trabalhos no terreno; que a empreitada com um valor de adjudicação de nove milhões e noventa e nove mil, setecentos e catorze euros e quarenta e nove cêntimos, representava um investimento estruturante para o nosso Concelho; que com essa assinatura de auto de consignação, estavam reunidas, finalmente, todas as condições para o início de uma obra há muito aguardada e igualmente significativa para o progresso do nosso Concelho; que obras como essa e outras que virão brevemente, eram o resultado de uma criteriosa gestão Autárquica, solicitando ao Senhor Presidente da CMVF que fizesse ali o ponto de situação, pois o futuro passava pela AM, a casa da Democracia do Concelho de Vila Flor. *“Salvamos todos nós, sem exceções, aproveitar as oportunidades reunindo esforços e lutando contra o descrédito de alguns, o futuro do Concelho de Vila Flor constrói-se no dia-a-dia, é aquilo que todos nós e é aquilo a que todos nós compete fazer mandatados pelo povo”.*

— A Deputada da AM Sónia Rosa (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes bem como os que assistiam em direto, referiu que o Plano Desportivo Municipal que naquele dia analisavam, devia ser entendido à luz do que já estava a acontecer no terreno, e em Vila Flor o que temos vindo a construir não eram eventos isolados, mas uma estratégia consistente da valorização do território da Comunidade e da nossa identidade; que ao longo dos últimos meses o Concelho tem demonstrado uma dinâmica clara onde o Desporto e a Cultura caminham lado a lado, criando oportunidades de participação e promovendo estilos de vida saudáveis, e reforçando a coesão social, mas que mais importante do que enumerar iniciativas era



perceber que elas representam uma aposta na proximidade, levando as atividades às freguesias, envolvendo as Associações, parceiros essenciais que colaboram livremente com os seus contributos, quer nas suas atividades devidamente planificadas, quer nas organizadas pelo Município; que muito lhe espantava o que trouxe ali o Senhor Deputado Eurico, pois entendia que as Associações participam livremente e de boa fé nas atividades promovidas pelo Município, não tendo conhecimento que alguém se sintia obrigado; que o envolvimento das Associações representava, acima de tudo, uma visão clara do Executivo, pois eram atividades pensadas para todas as faixas etárias, capazes de criar um Concelho mais ativo, com maior qualidade de vida e com uma verdadeira dinâmica social, porque quando se promove o Desporto e a Cultura desta forma, estamos também a promover a saúde, a combater o isolamento e a dinamizar a Economia local, e quem participa, quem vive essas atividades, essas iniciativas no terreno, sabe bem que esse impacto é real; que essa estratégia ganhava uma expressão máxima no nosso Desporto de natureza; que o sucesso no recente “Evento Tua Walking Festival”, em Freixel era a prova viva disso mesmo, onde o pedestrianismo não foi apenas desporto, foi a valorização do Património Cultural, das gentes e da paisagem do Vale do Tua e um exemplo prático de descentralização, e contou com o contributo de todos os que livremente quiseram participar e foram muitos, agradecendo às Associações públicas e ao público presente pela colaboração e empenho, salientando o dinamismo dado à freguesia, valorizando o nosso património cultural e paisagístico. Acrescentou que esse dinamismo também foi visto na Maratona de BTT, no futebol e na nossa Juventude, onde é fundamental, acima de tudo, o espírito de equipa e o brilo na nossa camisola, e desde que o Executivo está no poder nisso tem sido imparável. Salientou, também, a Gala do Cantar dos Reis, a alegria do Carnaval nas ruas, o brilho das Amendoeiras em Flor, a excelência do nosso rosquilho, tudo isso era a prova que o Município sabia potenciar o que temos de melhor, demonstrava maturidade organizacional de Vila Flor e a nossa capacidade de atrair quem vem de fora, dinamizando a economia local, pois era com essa confiança que olhamos para o horizonte próximo, deixando ali um convite, que era simultaneamente um desafio a todos, a participação no Trail F’liz, que iria ser realizado no dia 17 de maio, juntamente com a Rota das Azenhas e esse Evento seria mais uma confirmação que Vila Flor estava na linha da frente com ambição e qualidade; que esse evento terá início no Santuário



Nossa Senhora dos Remédios, em Vilarinho das Azenhas, mais uma vez a promover-se o Território das freguesias, o Património e as suas gentes. Acrescentou que havia sempre espaço para se fazer mais e a exigência devia ser o nosso Norte, mas não podíamos nem devíamos ignorar o caminho sólido que já foi percorrido; que Vila Flor era, atualmente, um Concelho mais ativo, mais atrativo e, acima de tudo, mais participado, mas que, acima de tudo, estavam a construir um território com mais qualidade de vida e com um futuro sustentável.

— O Deputado da AM Fábio Azevedo (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), referiu que na vasta Atividade Municipal, destacava o sucesso de mais uma edição do Certame das Amendoeiras em Flor que decorreu no nosso Município entre três de fevereiro e oito de março, pois mais do que uma festa, esse evento afirmava-se como um pilar estratégico da promoção económica e turística, com cerca de setenta expositores e um aumento visível de visitantes, reforçando o seu papel como referência na Região. Questionar o Senhor Presidente se existia um aumento de retorno de acordo com os produtores locais, se venderam mais do que em anos anteriores e se existem dados que provem isso; que o sucesso do Certame se devia, também, ao contributo das nossas Associações, dos grupos musicais e de todos que enriqueceram o cartaz com qualidade e dedicação; que o verdadeiro valor do Certame não se media apenas em números, mas no impacto humano, pois num Território marcado pelo envelhecimento, era especialmente significativo ver o convívio entre gerações e a preservação das nossas tradições; que era com orgulho que viam os mais jovens a envolverem os mais idosos trazendo-os à vila e à participação ativa no evento. Sublinhou, ainda, o papel dos nossos Jovens Universitários, beneficiários das Bolsas Universitárias, a sua participação na organização, desde a bilheteira à logística, demonstrando sentido de responsabilidade e reforçando a ligação ao Concelho; mais do que um apoio financeiro que as bolsas lhes garantem, o certame e a sua envolvência proporcionam algo que o dinheiro não compra, que era a criação de laços entre os nossos Jovens Universitários, Jovens que durante o ano estudam em cidades diferentes e em cursos diferentes e que poderão não ter outra oportunidade de se conhecerem, de se reencontrarem, pois trabalhando juntos e reforçavam uma identidade comum que os fará, certamente, no futuro, querer regressar a Vila Flor. Acrescentou que ao valorizar a amêndos, valorizamos também



quem trabalha a terra, quem preserva a nossa paisagem e quem ano após ano faz de Vila Flor a Terra de Alma e Cor. Deu os parabéns ao Executivo por continuar a promover esse Evento e por saber unir com tanta mestria a tradição dos nossos idosos com a energia da nossa Juventude.

— O Presidente da AM referiu que naquele ponto foi questionado por três Deputados, e começando pela intervenção do Deputado Eurico que se dirigiu a si enquanto Presidente da AM e falou em coerência, respondeu que se havia coisas em que ninguém lhe podia apontar o dedo, era a falta de coerência, pois o que defendia quando se sentava num lado, era exatamente o mesmo que defendia quando se sentava noutro. Relativamente ao MIC e às suas intervenções feitas em 2017 e em 2019, afirmou que era verdade, que ia mais longe, pois até tinha dado a solução do que faria se fosse Presidente da CMVF naquela altura; que em 2021 fez a mesma intervenção para o atual Executivo e que em 2025 teve exatamente a mesma posição, que infelizmente tinha razão e que veio a público dizer que era um problema, que detestava ter razão nessas circunstâncias, mas efetivamente a sua coerência era a mesma, e veio a notar-se, de facto, que a sua intervenção de 2017 não era por ser Membro da bancada da oposição, era um sentimento que tinha manifestado e que, atualmente, independentemente de se sentar naquele lugar, tinha exatamente a mesma posição, que relativamente à falta de coerência, julgava que dificilmente lhe deviam conseguir apontar o dedo. Ao Deputado Joni Ledo, que também se referiu à coerência na sua intervenção, disse que foi sempre muito coerente; que ao longo da Reunião tem tentado colar-se a si quando eram oposição, pedindo-lhe que o não fizesse, *“faça o seu caminho, o pouco que sabe, muito do pouco que sabe aprendeu comigo e vai continuar a aprender se assim quiser, também vou aprender com todos vós, mas faça o seu caminho, não se queira colar, quando nós somos livres e fazemos o nosso caminho voamos mais alto”*. Ao Deputado Bruno respondeu que o regime jurídico das Autarquias Locais, que era a Lei 75/2013, refere no artº25 alínea d), que solicitar e receber Informação através da Mesa a pedido de qualquer Membro sobre assuntos de Interesse para o Município sobre execução de deliberações anteriores, disse que podia fazê-lo ali na AM com toda a liberdade como já o fez, e se quiser mandar um email para o email oficial do Presidente da AM, ele próprio formalmente o reencaminhará e o próprio Regime Jurídico dá prazos para que



formalmente lhe seja devolvida a resposta e que tem prazos para lhe fazer chegar, que da sua parte a encaminhará de imediato, quando a receber. Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da CMVF.

— O Senhor Presidente da CMVF respondeu ao Deputado Eurico que quanto ao MIC, era uma herança antiga porque foi uma atribuição que o Governo Português em 1993 entregou a dois Municípios, uma tremenda injustiça que foi feita a esses dois Municípios, porque o MIC representava uma unidade de abate com condições e com dimensão que realmente poderia e deveria ser suficiente para todo o Nordeste, que, portanto, faria sentido que nessa altura essa valência fosse entregue aos doze Municípios do Distrito de Bragança; que os que estiveram cá anteriormente fizeram aquilo que puderam, que foi lidar com sentido de responsabilidade para com uma unidade de abate que ainda é única no Distrito de Bragança, pois não há recurso a abate sanitário sem ser no MIC, que o mais próximo era em Panafiel, portanto isso era um dos pontos que tinha a ver com a responsabilidade de assumir esse tipo de situações. Acrescentou que outra situação, talvez até mais importante, era relativa aos seus trabalhadores, pessoas que têm ali uma carreira já bastante longa e com os quais nós temos sentido de responsabilidade, sem esquecer o apelo à produção, pois os nossos produtores pecuários têm de ter onde abater e nós para consumir temos de ter onde se abata também, que sem dúvida era uma problemática que se estendia desde 1993, que houve circunstâncias antes de 2021 que levaram a uma situação económica bastante difícil e os Municípios optaram sempre por tentar equilibrar as contas para que essa responsabilidade fosse cumprida. Acrescentou que a realidade atual era diferente, que não foi possível haver consenso em torno de uma unidade de abate única e central que deveria ser o Cachão, pois assistíamos a alguns Concelhos que edificam unidades de abate pelo distrito de Bragança, o que vem agudizar ainda mais os problemas do Cachão, que essa era a verdade, que o aumento dos custos energéticos, a diminuição de abates, a diminuição do preço das peles que eram um recurso que praticamente dava para pagar os salários, deixou de existir; que a situação do MIC se agudizou e que atualmente estavam perante a colocação de um plano de recuperação que depois terá de ser aprovado em Assembleia de Credores e que terá sempre de vir à AM para que os Deputados se pronunciem sobre ele. Disse, também, que a partir de 2021 se tinha



debatido ali, na AM, a questão do Cachão, que foi exposta a sua situação, que souberam exatamente do que se passava, que tinham lidado com a questão com responsabilidade, com integridade, com coerência e com transparência. Quanto à Administração, disse que talvez de 17 a 21, foi também a estratégia encontrada para reduzir os custos do MIC, que o Executivo da Câmara integrasse a Administração, continuando a ser dessa forma. Quanto às Associações, disse que evidentemente discordava totalmente com essa forma de expor a situação, que lhe ficava mal, pois quem ouvia isso na rua, quem pertence às Associações, quem participa nas nossas atividades sente-se com certeza menosprezado depois de ouvir essas declarações, pois sentia que a sua contribuição iria ser interpretada de forma errada, perguntando-lhe se as crianças que distribuíram cravos no 25 de abril foram obrigadas a fazê-lo. Seguidamente pediu ao Deputado Eurico que não insistisse com mais mentiras, que as Associações eram convidadas, e que elas participam com orgulho nas celebrações que partilham em conjunto; que quem esteve na celebração do 25 de abril viu gente que atuou, que fez teatro, que tocaram música, que distribuíram cravos, e que na noite anterior tocaram bombos, que declamaram poemas, que cantaram canções originais; que era seu dever defender as Associações, as Instituições e os Clubes de Vila Flor que muito contribuem para a vivacidade que existe, porque sem eles não valia a pena, sem eles não seria com certeza a mesma coisa, que o 25 de abril, nomeadamente, foi feito com a prata da casa, com pessoas que ultrapassam os seus medos de atuar, de estar em palco, mas com um orgulho enorme de representar Vila Flor; sublinhou que, no campo desportivo, havia mais de 150 jovens e crianças federados no futebol em Vila Flor, uma marca de que todos nos devíamos orgulhar, que não devíamos ir por aí, era quase uma afronta às nossas Associações, às nossas Instituições e aos nossos Clubes que estão presentes no seu melhor. Relativamente à Atividade Municipal, disse louvar e saudar o trabalho que se fez para que tivesse substrato e substância, que isso representava o trabalho de pessoas, de voluntários, das Associações, dos Clubes e das Instituições de Vila Flor que muito nos dignificam, do Envelhecimento Ativo, das Obras, dos Jardins, do Museu, da Biblioteca, de tudo aquilo que era vivo em Vila Flor, que isso até deveria ser publicado, pois a sua qualidade era imensa. Sobre o Turismo, disse que os Percursos Pedestres eram uma das estratégias, muitas vezes em parceria com o Parque. Relativamente ao Ecopark, disse que, sem dúvida, também era a Alma do Turismo em Vila Flor, que todos os Vilaflourenses possam



8
Q

Ir visitar, aprender, educar os seus filhos, um projeto emblemático que tal como todos os grandes projetos, como a Barragem, como a Serra, têm sempre aqueles problemas de institutos que têm de dar o seu parecer, que vamos lentamente progredindo, e esperava contar com o apoio de todos para chegar lá. Sobre os fins-de-semana gastronómicos, disse que isso era uma iniciativa do Turismo do Porto e Norte à qual o Executivo aderiu, que de certeza tem um Regulamento, não esperando outra coisa daquela Associação. Referiu-se, também, aos nossos Escuteiros, louvando a sua participação nas Amendoiras em Flor com a confeção da feijoada no último fim-de-semana desse evento; que para si "inclusão" era a palavra essencial em tudo aquilo que fazemos, nomeadamente na Unidade Orgânica de Envelhecimento Ativo, onde trabalha uma pessoa que esteve dez anos em casa depois de sair da Escola Secundária, sendo útil ali. Salientou, também, a consciência ambiental, por isso é que existiam essas iniciativas sobre a água e outras temáticas, sendo esse o campo da Vice-Presidente que o fazia com muita dedicação. Agradeceu, também, ao Deputado Joni as suas palavras sobre o lettering de Vila Flor na Serra, que ainda bem que viam da mesma forma a promoção territorial, acima de tudo o orgulho de ver Vila Flor da IC5, pois era esse o seu objetivo. Sobre as Amendoiras em Flor, respondeu que foi feito um inquérito aos expositores, ao qual reponderam que queriam voltar porque a experiência era positiva, sempre se ganhava algum e o volume de vendas que se verificou reportado pelos Expositores excedeu os cem mil euros, portanto era significativo, um certame que já se tornava de uma importância fulcral no nosso distrito, entendendo que também deveria ser um ponto de união e de orgulho pela nossa terra. Ao Deputado Bruno, relativamente aos documentos solicitados em relação aos funcionários, respondeu que iria pedir um parecer porque não sabia se seria correta a divulgação ali de dados pessoais, pois desconhecia a sua finalidade. Quanto às máquinas, disse que era pacífico dar essa informação, pois existe uma estreita colaboração entre o Município e os Bombeiros, dando como exemplo, o transporte da buldózer do Município que era feito por um trator dos Bombeiros, pois o Município não tinha trator, e os Bombeiros não tinham atrelado, que a máquina da Câmara não podia sair do sítio se não fosse a colaboração dos Bombeiros, que nunca foi colocada em causa alguma prerrogativa incorreta, que trabalhar em colaboração era aquilo que devia acontecer em terras como Vila Flor; que não compreendia qual era a verdadeira preocupação, pois era a salvaguarda das



[Handwritten signature]

pessoas, o trabalho em prol do próximo. Ao Deputado Duarte, disse que não conseguiria falar melhor do que ele sobre as iniciativas do Município, como no caso do Projeto Aproximar e da Vigilância de Enfermagem, informando que foi feito um estudo pela CESPU, uma entidade académica com a qual também trabalhavam, onde se chegou à conclusão através de inquéritos realizados, que os nossos idosos se sentiam felizes em Vila Flor, porque a inclusão era uma palavra à qual não eram insensíveis e estavam todos incluídos, nem que fosse só uma pessoa de um aldeia recôndita, ela não iria ficar lá se desejar participar nas atividades, revendo-se, na íntegra, nas palavras que proferiu, que era aquilo que os motivava todos os dias, enfrentando, por vezes, as incompreensões deste mundo e que as acusações infundadas não os deixavam abaixo. Ao Deputado Eduardo Carvalho disse que o Aproveitamento Hidroagrícola Redonda das Olgas iria ser, finalmente, uma realidade, que foram anos de trabalho, de cooperação, de colaboração entre várias Entidades, várias pessoas, que louvava novamente o trabalho desde a sua génese. À Deputada Sónia disse que Vila Flor se destacava dentro do Distrito de Bragança pela quantidade de crianças e jovens federados e que isso se devia ao trabalho dos nossos Clubes de Futebol, pois as nossas Associações estão vivas em Vila Flor, que participam ativamente e contribuem para uma coesão da nossa Vila, e para mostrar a quem vê de fora as nossas iniciativas tinha esse tipo de comentário, de reflexão a dizer, *"mas eles com a prata da casa conseguem dignificar a sua Terra"*; que isso era muito importante e devíamos passar esse testemunho e louvar, também, o trabalho e dedicação dos colaboradores que por vezes estão nesses eventos fora de horas, em fins-de-semana, como no caso do 25 de abril, que foi em dia de feriado, mas que têm de estar lá funcionários da Câmara, portanto tem de haver trabalho extra, que as fugas de água não pedem licença, acontecem, e se elas não são solucionadas de imediato levantam-se vozes e com toda a razão, que são solucionadas porque existem pessoas que vão lá a meio da noite, de madrugada, nos feriados, nos fins-de-semana. Ao Deputado Fábio Rui relativamente ao montante global reportado pelos Expositores, disse que o importante era quererem voltar, que vaila a pena, que faziam negócio, que havia Associações que pediam para estarem presentes porque também aproveitavam para angariar fundos e para fazer a divulgação das suas atividades, que isso era realmente muito importante.



[Handwritten signature]

——— O Deputado da AM Joni Lado (PS), referiu que não iria declarar que o Senhor Presidente da AM aprendeu algo consigo, que não tinha essa pretensão, pois o seu ego não tinha necessidade de ser massajado a dizer que ensina ou não. Acrescentou que o Senhor Presidente da AM podia ir ver as atas e as várias vezes que referiu, para não se confundirem as oposições, que certamente estaria recordado: SOS Idosos, gravações das Assembleias, transportes dos doentes oncológicos, *"quem é que se colou a quem?"* Acrescentou que se havia coisa que fazia era o seu caminho e que tinha muito orgulho no caminho que fez, não era certamente a sua apreciação que mudava o orgulho que tinha, ele e os seus, garantindo que esse era reconhecido onde tinha de ser, o resto era ataque pessoal gratuito ao qual não se iria associar.

——— O Deputado da AM Eurico Trigo (PS), responde ao Senhor Presidente que a base da sua intervenção acerca das Associações foi uma mensagem enviada de alguém dentro do Município para todas as Associações, e lá lá-la :-" Boa tarde a todas, agradeço desde já a todas as Associações que estiveram presentes na reunião de ontem dedicada à organização do espetáculo do próximo dia 24 de abril, bem como aqueles que não podendo comparecer manifestaram o seu interesse em participar, informamos que este ano a Filandorra irá apresentar uma peça temática alusiva à comemoração, tendo ficado em aberto a forma de participação de cada Associação, esta poderá assumir diferentes formatos como canção, poesia, prosa ou outros. Na próxima sexta-feira entre as 16h30 e as 19h terá lugar um ensaio geral no Auditório Adelina Campos. Durante esse evento, o Gabinete de Comunicação, Cultura e Turismo procederá ao registo das Associações participantes nas iniciativas do Município, nomeadamente já neste espetáculo este registo servirá como indicador para a aplicação de propostas de novo Regulamento de apoio ao Associativismo, sendo que os pedidos de apoio passarão também a considerar o nível de participação social e cultural. Reforço o convite à participação de todos e colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento de informação adicional"; Acrescentou que como vinha à AM alguém das direções de algumas Associações foram ter com ele e lhe pediram para falar nisso, sentiu não iriam ter apoio porque havia alturas em que não poderiam participar em certos eventos, considerando uma afronta à liberdade das Associações; que desde que entrou o atual Executivo fez-se Associações para tudo, até já se pensou em fazer uma Associação dos borrachos, nem que seja só



para receber o subsídio, e que esses também podiam fazer cenas teatrais num Auditório.

—— O Deputado da AM Bruno Montelro (PS), referiu que não estava contra o Município incluir as Associações, que cada vez mais se juntassem, o que perguntou foi somente a questão da condução da viatura dos Bombeiros, se não tinha de ser conduzida por funcionários que trabalham lá, que a sua questão foi no sentido de se alguma coisa vier a acontecer a nível de seguros.

—— O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que isso era como as contas, que fazemos a interpretação delas como quisermos, que ouviu a mensagem e interpretou que a participação ativa das Associações iria promover uma alteração ao Regulamento de forma que haja uma discriminação positiva para as Associações, quem participar nas atividades terá um apoio se calhar excecional por causa da sua participação, que não viu nada a dizer que se não participassem iriam ser penalizados e não receberiam o apoio.

—— O Deputado da AM Duarte Brás (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), referiu que gostaria que explicassem a simbologia relativamente ao símbolo que existe por cima da Fonte, na Praça.

—— O Presidente da AM disse que não respondia ao Deputado Joni Lado sobre os considerandos que ali fez, porque cada um ofende-se com o que quer ou com o que pode, que eram legítimos e sobre isso não se iria manifestar, mas que tinha vindo ali referir que ele era a pessoa que mais intervinha na AM; *"Senhor Deputado, desde 2005 é assim, e vai continuar a ser, se houver conteúdo usará da palavra, foi sempre um incómodo algumas das suas intervenções, agora senta-se aqui e continua a ser um incómodo, não viveu antes de abril, mas se tivesse vivido certamente teria sido aprisionado, certamente vai continuar a ser um homem livre e de bons costumes"*.

—— O Senhor Presidente da CMVF salientou que que as Associações são úteis e são importantes para Vila Flor, que têm as mais variedíssimas atividades, desde canoagem, paintball, culturais, recreativas, ranchos, bandas de música, bombos, teatro, desportivas, todas elas pertinentes e importantes para o desenvolvimento da comunidade; que para alguém uma poderá ter mais pertinência do que a outra, isso era



8

natural, mas que não iriam abdicar de termos as nossas Associações a participarem nos Certames, na promoção Territorial e que elas brilhem ao fazê-lo com dignidade; fez ali uma analogia com as bolsas universitárias, que era muito mais fácil atribuir um subsídio, um apoio financeiro e não fazer mais nada, difícil era envolver as pessoas, pedir participação, enraizá-las em Vila Flor tal e tal como disse o Deputado Fábio e bem, pessoas que, se calhar, por ventura não se conheciam, ao participarem na ExpoVila, nas Amendoeiras em Flor, na Vila F'iz Natal ou até em regime de voluntariado com a Associação de Bombeiros, ou o Centro Social e Paroquial, porque também era possível fazê-lo, era o que dava o melhor fruto porque isso enraíza, faz com que as pessoas estabeleçam contactos, elos entre elas e façam amizade, e sintam orgulho da sua terra, e que realmente sentia isso quando via na ExpoVila 50 jovens todos com as suas credenciais e a representarem Vila Flor, que se isso orgulhava toda agente. Repetiu a palavra *"dignificar as nossas Associações"* e que não se revia nas palavras do Deputado Eurico, que ainda bem que há muitas Associações, ainda bem que há vontade de fazer muita coisa em Vila Flor, e *"enquanto nós estivermos aqui vamos apoiar, vamos estar do lado delas"*.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Eleição de um Elemento para Integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil –

O Presidente da AM referiu que entrou a Lista da Bancada do PSD com a Proposta da Freguesia de Freixel- Gilberto Vieira e da Freguesia de Seixo de Manhoses – Roberto Teixeira.

O Deputado da AM Fernando Barros (PS), referiu que estava à espera que a Bancada da maioria lhe fizesse um contacto, mas não fez, portanto não apresentavam nenhum candidato porque a última vez que houve ali eleições para representação de alguns Órgãos, a coisa foi tão disputada que houve vontade de vincar a maioria que têm; que nesse caso eles não apresentavam e que se concordassem não era necessário haver voto secreto, poderia ser votado por braço no ar, que era a proposta que fazia.

O Presidente da AM informou que posta a votação por braço no ar, foi aprovado por vinte e três votos, estando Eleitos os senhores Presidente da Junta de Freguesia de Freixel e de Seixo de Manhoses para Integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil -



8

———— **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Eleição de um Elemento a fim de integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna** —————

———— O Presidente da AM referiu que deu entrada a Lista da Bancada do PSD com a Proposta da União de Freguesias de Candoso e Carvelho de Egas - António Carrilho Aguiar e da Freguesia de Samões – Domingos Borges. Posta a votação por braço no ar, foi aprovado por vinte e três votos, estando Eleitos os senhores Presidente da União de Freguesias de Candoso e Carvelho de Egas e de Samões, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna. —————

—— O Deputado da AM Paulo Morgado (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP), esclareceu que as listas tiveram uma lógica para serem apresentadas, nomeadamente na Proteção Civil, pois a primeira tinha a ver com a área geográfica com maior densidade de floresta e a segunda com um Presidente de Junta que tem atividade na área, pois fazia parte de um Clube de Caça e Pesca que também tem a ver com a parte Cinegética.

———— **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Alteração ao Mapa de Pessoal Abril de 2026 – Discussão e Deliberação** —————

———— O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir neste ponto, dando de seguida a palavra à senhora Deputada Ana Dobrões. —————

———— A Deputada da AM Ana Dobrões (PS), referiu que relativamente à alteração do Mapa de Pessoal, a Câmara Municipal propôs a criação de mais sete postos de trabalho, perguntando qual era o custo anual com a sua criação e como estava essa verba refletida no Orçamento de 2026; que as despesas com o pessoal ultrapassaram os quatro milhões e seiscentos mil euros em 2025, representando a maior fatia da despesa corrente. Perguntou, também, relativamente ao lugar a termo certo para um ao posto de trabalho de Técnico Superior em Direito para o Gabinete de Apoio ao Presidente, qual era a duração prevista do contrato e qual a necessidade concreta que o justificava, pois tinha já esse Gabinete um licenciado em Direito. Salientou que eram também propostos dois Técnicos Superiores para o Gabinete de Ação Social, perguntando quantos trabalhadores tem atualmente esse Gabinete e qual o volume de trabalho que justificava esse reforço. Relativamente ao Posto de Assistente Técnico em Fisioterapia para a Unidade de Envelhecimento Ativo, perguntou se existia já equipamento e



Infraestrutura adequada para suportar essa função ou se haverá custos adicionais. Quanto ao Posto de Técnico Superior em Agricultura, Agronomia, disse que tem havido ali alguma agitação, pois em fevereiro de 2023 foi determinada a criação de um lugar de Técnico Superior na área da Agricultura, Agronomia; que em fevereiro de 2024 a Câmara avançou com a abertura do procedimento concursal, e muito bem e que em março de 2024 surgiu uma decisão surpreendente, a anulação do concurso; que a Justificação Inicial para a abertura desse lugar foi clara, tratava-se de uma atividade estratégica para o Concelho, e que ali estavam de acordo; que em maio de 2024, o concurso foi aberto, depois foi anulado, depois voltava a ser aberto novo procedimento concursal para a mesma área, Agricultura; que desse processo resultou a admissão de um Técnico Superior que curiosamente é também Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas pela lista do PSD, e através da bolsa de recrutamento desse concurso mais um técnico, que, por coincidência, também Mandatário da campanha do PSD e candidato pela Lista do PSD à Câmara Municipal, e que para completar o quadro surgiu ainda a proposta de criação de mais um lugar, passando o Município a ficar com três Técnicos Superiores Agrícolas. Frisou que convinha não esquecer que os Procedimentos concursais existem para servir o Interesse público, não existem nem podem existir para servirem outros interesses, principalmente partidários, era isso que os Cidadãos esperavam e que a Democracia exigia, continuando os Sapadores como precários, perguntando para quando a sua regularização profissional; que não bastava contratar, era também necessário regularizar os contratos que já existem. Seguidamente informou que por tudo o que acabou de referir, nomeadamente a situação dos Sapadores à qual não podiam ficar indiferentes, o PS iria abster-se relativamente à alteração do Mapa de Pessoal.

— O Senhor Presidente da CMVF, em relação à intervenção da Deputada Ana Dobrões, referiu que os procedimentos eram consecutivos, mas que um procedimento de contratação pública tem um Júri perfeitamente autónomo e que não deviam colocar em causa, pois eram pessoas que contribuem diariamente com o seu trabalho e têm provas dadas, ligadas ao Setor há muito tempo, que ganharam o procedimento e que foram contratadas por isso, que gostava só de colocar isso numa perspetiva correta porque não podia de forma alguma alinhar com ataques a pessoas. Quanto aos



Sapadores, disse que não sabia se a Deputada Ana Dobrões estava consciente de que a contratação dos Sapadores foi feita desse modo antes de 2021, porque está ligado ao Protocolo que foi feito com o ICENF e que é limitado, perguntando como propunha que se regularizasse, como conseguia ter a certeza que abrindo um procedimento concursal eram aqueles os Sapadores que iriam entrar; que se ela ou toda a oposição soubessem como é que isso se fazia de uma forma legal, que dissesse. Seguidamente referiu-se ao Técnico Superior com Licenciatura em Direito, dizendo que não tinham nenhum e que devia ser o único Município do Distrito de Bragança, se calhar de Portugal, que não tinha um licenciado em Direito que trabalhe para o Município, em serviço público. Sobre a Educação Social e o Serviço Social, disse que o Envelhecimento Ativo estava a expandir-se diariamente e viam ali uma oportunidade de apoiar esse crescimento, era a sua estratégia política, um dos vetores, que era legítimo que eles não tivessem esse vetor, que sejam contra ele, que limitem o crescimento do Envelhecimento Ativo, mas que o atual Executivo tinha a posição oposta, que ira crescer enquanto houver vontade dos Sócios de Vila Flor de participar, de serem ativos, e iria apoiar esse crescimento. Referiu que também havia um lugar para um Técnico superior em Economia para apoiar a Divisão de Contabilidade, e que o Posto de Trabalho de Técnico Superior para Agricultura se devia também ao facto de que um dos Técnicos ter sido nomeado Coordenador Municipal de Proteção Civil, e portanto deixámos de ter dois e era pertinente continuar com o Gabinete de Agricultura, principalmente porque já estavam a visualizar o desenrolar da Barragem Redonda das Olgas, e queriam que esse investimento surgisse efeito e para isso o Gabinete de Agricultura tem de ir acompanhando a Obra, tem de conhecer as suas características e esse conhecimento tem de ficar no Município desde o início, assim como a fundação da Associação de Regantes para que esse aproveitamento hidroagrícola realmente surta efeito e dê as respostas necessárias.

——— A Deputada da **AM** Ana Dobrões (PS), referiu que o senhor Presidente disse que não havia Técnico Superior licenciado em Direito na Câmara de Vila Flor, mas que então iria continuar a não ter porque estava contratado a termo certo. Relativamente aos dois postos de trabalho dos Técnicos Superiores Agrícolas, disse que isso foi apenas uma observação, que esteve à vista de toda a gente, foi uma curiosidade; que o Gabinete de



Agricultura vai ficar para sempre com três Técnicos Agrícolas, era só isso, que ia sair agora um para outras funções, mas o lugar era dele, que iam ficar três. —

— O Senhor Presidente da CMVF referiu que estava com uma fraca capacidade de entender as observações da Deputada Ana Dobrões, que se destacava dos ataques pessoais que fez e continuava a querer fazer, mas que o Município ficará com certeza com um Técnico Superior licenciado em Direito e o Gabinete de Agricultura poderá vir a ter necessidade até de mais Técnicos no futuro, pois a Agricultura tem de ser um ponto fulcral, dando como exemplo os Incêndios de 2025, que ainda estavam na memória de todos, que nesses Incêndios tivemos um desafio lançado pela CCDR para conseguirmos, no mais curto prazo de tempo, ajudar os nossos agricultores a procurar compensações, indemnizações extraordinárias pelas perdas que não há dinheiro que as pague, por vezes o trabalho de uma vida que foi perdida em momentos, e se não tivéssemos um Gabinete de agricultura capaz, dotado de Técnicos Superiores competentes que foram escrutinados num procedimento concursal, não teríamos sido o primeiro Município que teve pagamentos feitos, excedendo os quinhentos e sessenta mil euros, mais de meio milhão de euros; que isso era trabalho desse Gabinete, um trabalho em coordenação, em colaboração com a CCDR, e como era evidente a estratégia estava correta de termos no Município, tendencialmente agrícola, um Gabinete de Agricultura que seja competente, que seja capaz e que tenha os Técnicos suficientes para conseguir apolar, dar resposta, principalmente em alturas como essa que elencou de bastante perda e sofrimento. Lembrou que anteriormente não havia Técnicos Superiores de Agricultura, nem Técnicos de Turismo, e agora sim. —

— O Deputado da AM Fábio Azavedo (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP), refere que já não tinha previsto voltar ali, mas que não consegue ficar calado depois do que ouviu, que não estava dentro do funcionamento dos procedimentos concursais, mas pelo que percebeu e de acordo com as declarações que foram feitas, foi ali posto em causa todo o procedimento e legalidade, até mesmo as capacidades e aptidões de alguém para preencher essa vaga, dando a entender que só o conseguiu porque tem ligações ao partido e ao atual Executivo. Acrescentou que o que foi dito e indiciado ali, era grave a seu ver, principalmente quando a pessoa em causa não estava ali para se defender, e se fosse uma pessoa que até nem desse provas do seu trabalho, até



[Handwritten signature]

compreenderia, mas que era das pessoas mais trabalhadores que ele conhecia, com aptidões para diversas áreas, que era completamente injusto colocar-se em causa que essa pessoa não tivesse as capacidades necessárias para ter conseguido vencer o concurso público em que participou; que essa pessoa era mais que competente para ocupar esse lugar, era um colaborador da Câmara, pedindo que os Deputados fizessem a análise à intervenção da Senhora Deputada e do seu conteúdo.

A Deputada da AM Ana Dobros (PS), referiu que não pôs em causa em momento algum, a capacidade, a honestidade dos senhores que se candidataram ao posto em questão; que não a ouviram dizer em momento algum que houve irregularidades no concurso, apenas fez uma descrição de tempo em que as coisas ocorreram; apenas observou como Deputada, como Cidadã normal, que tem a legitimidade para afirmar que os dois Técnicos Agrícolas eram pessoas que estavam ligadas ao PSD.

O Presidente da AM colocou o Ponto Três Ponto Cinco a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Maioria, com sete abstenções.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Declarações Art.º 15 da Lei nº 8/ 2012 – Tomar Conhecimento

O Presidente da AM referiu que não havendo inscrições, estava dado Conhecimento.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos durante o 1.º Trimestre de 2026 – Tomar Conhecimento

O Presidente da AM referiu que não havendo inscrições, estava dado Conhecimento.

PONTO QUATRO: Período de Intervenção do Público.

O Presidente da AM questionou se algum dos Múncipes queria usar da palavra, dando de seguida a mesma ao Múncipe Tiago Bonifácio.

O Múncipe Tiago Bonifácio, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que em primeiro lugar gostaria de pedir encarecidamente que sempre que houvesse



Handwritten signature in blue ink.

eventos que obrigam ao bloqueio das estradas com a utilização de barreiras, que logo que os Eventos terminassem as barreiras fossem removidas, dando como exemplo o caso do fim de semana anterior, que além de não ter tido conhecimento, na segunda-feira seguinte quando se deslocava para o trabalho, tropeçou neles, que não teve nenhum acidente grave, o que poderia ter acontecido. Seguidamente pediu, a título pessoal, que parassem de estacionar os carros na ponta da rua da Caixa Agrícola, que até era proibido, mas que se cruzava com carros ali. Depois agradeceu aos Sapadores Florestais da Silvidouro pelo seu incrível trabalho que fizeram no ano passado quando houve o incêndio na Serra, pois eles tinham já vinte e quatro horas de trabalho e quando solicitados a intervir fizeram-no de forma abnegada. Disse que sabia que a AM deu uma nota de agradecimento ou de louvor aos Sapadores da Câmara e bem, mas gostaria de dar nota que no seu entender deveria abranger todos os Sapadores da nossa Vila, pois sabe que pelo seu esforço mereciam também essa nota de louvor. Seguidamente referiu que como Cidadão iria estar atento à vida política do nosso Concelho e que leu nas redes sociais da oposição que havia um pedido da parte da direção do Município para aumentar o valor da contratação pública sem recurso a concurso público, e que infelizmente ouviu na rua muitos comentários que não abonam em nada a favor da política e dos políticos; que, nesse sentido, e sendo ele o primeiro defensor da política que era a maior invenção humana que nos permite viver em comunidade de forma civilizada, disse que gostaria que o Senhor Presidente respondesse a duas questões: em primeiro lugar em que sentido essa medida beneficiava os Cidadãos; em segundo lugar, de que modo pode garantir a idoneidade dos processos de contratação pública; por último, uma vez que somos uma das Câmaras do distrito e do país que não tem um Arquivo Municipal, gostaria de saber para quando teremos esse instrumento de auxílio à Governação pública. Para terminar, disse que há cerca de um ano esteve ali a falar acerca da questão das acessibilidades, que levantou vários problemas que se verificavam no nosso Concelho e que alguns deles não eram de solução nada simples, mas que relativamente ao chão tátil nas passadeiras, para quando estava programada e se já havia alguma coisa pensada sobre o assunto. —————

—— O Município Emílio Almendra depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que a 23 de abril recebeu um email proveniente de am-vilaflor.pt que presume



8

ser o email institucional desse Órgão e no corpo do email dizia "Por solicitação do senhor Presidente da Mesa da AM de Vila Flor-", e depois vinha a convocatória e os documentos referentes a essa reunião; que no dia 24 recebeu um novo email com atualização documental sobre essa reunião precisamente com o mesmo teor, portanto não foi por sua iniciativa individual que se veio sentar no lugar do Vereador, que ele foi convocado para isso, que tinha plena consciência dos deveres, direitos e responsabilidades dos Eleitos Locais. Acrescentou que conhece da legislação toda consultada, dos pareceres existentes, incluindo um parecer da ANAM, confessando-se perplexo com o que ocorreu, não só por não concordar com a avaliação legal que foi feita, mas principalmente pela não assunção da convocatória que queria acreditar até pelo corpo do texto seja do seu conhecimento, porque se não for então era muito grave; que alguém em seu nome o convocou para estar na AM, solicitando que em tempo útil fosse informado quem foi o responsável pela sua convocação, se foi com ou sem consentimento do Presidente da Mesa e qual a justificação legal primeiro para a convocatória e depois para retirar a possibilidade de participação. Acrescentou que se comemorou recentemente o 25 de abril, querendo acreditar que se tratou apenas de um lapso, mas se foi um lapso era grave, porque tem impacto no regular exercício dos mandatos autárquicos e na vida pessoal dos envolvidos, que isso no mínimo, merecia muito mais justificações do que aquelas que foram dadas.

----- O Presidente da AM respondeu que já leu o email do Senhor Vereador e a resposta que lhe deu, e era concisa, tinha a Lei. Referiu que lhe apresentava um pedido de desculpas, porque ele ali não tinha grande culpa, foi convocado e veio e, portanto, essa era a situação que lhe custava, e as responsabilidades eram suas, Presidente daquele Órgão para o bem e para mal, que havia mecanismos automáticos da listagem dos convocados, se havia elementos adicionais a enviar era enviado à listagem que foi enviada anteriormente, e portanto o email que recebeu dia 25 era porque tinha recebido um dia 23; que nesse mesmo dia 23 respondeu ao Senhor Vereador que de acordo com a Lei ele não tinha que pedir ali a sua substituição. Acrescentou que o Senhor Vereador na Reunião de Câmara falou sobre essa questão e os Serviços Jurídicos da CM deram-lhe a resposta que se tivesse de ser substituído era no Órgão Câmara; que posteriormente a isso, a ver se colava, envia um email para o Senhor Presidente da AM,



respondendo conforme lhe mostrou, e depois de ter recebido a sua resposta, o senhor Vereador Abílio Evaristo enviou diretamente para os Serviços a comunicar a sua substituição. Apesar disso, o Senhor Presidente da AM disse assumir a responsabilidade de que o Senhor Emílio Almendra não devia ter sido convocado, de qualquer forma a legalidade foi cumprida, que o Senhor Vereador Abílio Evaristo tentou ver se colava, mas enquanto estiver atento não cola, que lamentava pelo transtorno causado, que lhe iria doar a sua senha de presença pelo incómodo, mas que não podia ser ressarcido por isso, que não podia fazer mais do que dizer a verdade, que eram *“chicos expertises”* com as quais lidavam há muitos anos; que se tiver mais algum esclarecimento a pedir que seja ao Senhor Deputado Abílio Evaristo, porque da sua parte já lhe disse tudo o que tinha a dizer.

— O Senhor Presidente da CMVF agradeceu a vinda de Múncipes à AM, que era de louvar, de saudar. Ao Múncipe Tiago apresentou um pedido de desculpa pelo facto que relatou provocado, aparentemente, pelas valas que estavam no espaço público; que em relação ao estacionamento e à sua fiscalização, isso era inteiramente da competência da GNR. Quanto à questão do voto de louvor que foi ali deliberado para os Sapadores Florestais, evidentemente que se associava às suas palavras, que realmente o seu voto foi circunscrito só aos Sapadores Florestais do Município, que não deveria ter sido, e que também aproveitava para lembrar que com eles estavam os nossos Bombeiros que também mereciam esse voto de louvor, assim como a Proteção Civil Municipal que também estava presente, tal como ele próprio, e que se não fosse a coragem, a bravura e o tempo em que a resposta foi dada, seria muito pior, graças a Deus que existem esses homens e que prestam esse serviço a Vila Flor. Quanto à Contratação pública, disse que muito sinceramente não conhecia a publicação a que se referiu, que se depois quiser explicar melhor, terá todo o gosto de falar sobre isso. Quanto ao arquivo Municipal, disse que existe um Protocolo com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto que prevê a colaboração do Município de Vila Flor com a FLUP para que consigamos alguém que nos ajude a ter um Arquivo Municipal, situação que teria de ser colmatada, que já fazia falta há muito tempo, *“mas Roma e Pavia não se fizeram num dia”*, achando que este Executivo já criou como disse, o Gabinete de Agricultura, de Turismo, de Cultura que não havia a Proteção Civil, e portanto era mais uma área, mais um desafio levar ali



mais uma alteração ao Mapa de Passos e ter de responder às questões que serão com certeza colocadas por todos, mas que o fará com muito prazer, que esse protocolo já estava previsto. Quanto às obras de que falou, disse que se associavam a isso, que a segurança nas nossas ruas, nas nossas artérias eram uma preocupação constante, iniciada em 2021 com a colocação de lombas que foram um pouco polémicas, pois houve quem não gostasse, mas o que defendiam era, sem dúvida, a salvaguardar das pessoas, que circulassem em segurança em Vila Flor, e que iriam resolver a questão do chão tátil nas passadeiras para que seja mais fácil para ele circular em Vila Flor, que é a sua Terra.

— O Presidente da AM, agradeceu a presença de todos, informando que a próxima Reunião de AM será agendada para Junho de 2026.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AM, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Mesa

(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário

(Olívia Martins)

O 2.º Secretário

(Armindo António Olmo)